



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação

ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UnB

ANÁLISE CRÍTICA AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
MULHERES – PNPPM EM ATENÇÃO ÀS MÃES DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

CARLA ANDRÉIA SIMÃO DOS SANTOS

Orientadora: Prof^a. Dra. Sílvia Ester Orrú

BRASÍLIA/2014



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação

ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EM GÊNERO E RAÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - UnB

CARLA ANDRÉIA SIMÃO DOS SANTOS

ANÁLISE CRÍTICA AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
MULHERES – PNPPM EM ATENÇÃO ÀS MÃES DOS ALUNOS COM
NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Monografia apresentada ao curso de especialização em Políticas Públicas em Gênero e Raça da Faculdade de Educação – UnB. Orientadora: Prof^a. Dra. Sílvia Ester Orrú

BRASÍLIA/2014

TERMO DE APROVAÇÃO

CARLA ANDRÉIA SIMÃO DOS SANTOS

ANÁLISE CRÍTICA AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – PNPPM

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Especialista – FE/UnB.
Apresentação ocorrida em 01/07/2014.

Aprovada pela banca formada pelas professoras:

Prof^a. Dra. Sílvia Ester Orrú

Orientadora

Prof^a. Dra Lucélia Luiz

Examinadora

BRASÍLIA/2014

DEDICATÓRIA

Essa dedicatória tem significado muito maior que outras dedicatórias que já fiz. Ela vai a alguém que fez e faz toda a diferença em minha vida, que sempre me ensinou o respeito ao próximo, valorizando o outro em sua essência, jamais pela aparência. Esse ser, apesar de uma educação extremamente tradicional e machista, conseguiu romper barreiras geracionais e aplaudir, com muito orgulho, as minhas conquistas. Ele soube vibrar por minhas vitórias e me fez entender o quanto a pirâmide que partilha e segrega segmentos sociais devem ser rompidos, pois o pleno gozo da cidadania é para todos e todas!

Pai, acolhido pelos braços de Deus, sei que deve estar vibrando por mais este caminho que percorro. A ti dedicado minha construção acadêmica.

Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Aos familiares, eles são meu suporte e minha força a tudo que fiz, que faço e que farei.

Destaco agradecimento especial a minha cuidadosa mãe.

À tutora Mariana Létti pelo empenho, esforço e dedicação em me acompanhar no percurso da especialização e pelo dinamismo em humanizar, mesmo em ambiente virtual, nossas interações.

À Coordenação do GPP-GeR e demais profissionais que se esforçaram para a efetivação desta especialização, com destaque a docente Coordenação GPP-GeR.

À prof^a Dra. Sílvia Ester Orrú por contribuir com meu crescimento pessoal, profissional e acadêmico.

À comunidade escolar onde atuo: Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia, principalmente à coordenadora Joelma Oliveira que contribuiu de forma especial para a conclusão desta produção.

Grata a todas e todos por tudo!!!

RESUMO

Apesar de vivermos no século XXI, ainda nos deparamos com privação de direitos das mulheres, entre os mais comuns estão a agressão física, moral e psicológica que geram fortes efeitos para a desigualdade humana. O espaço de luta e conquista das mulheres tem ganhado visão no cenário das políticas públicas brasileiras, resultando em novo olhar e mudanças significativas em contexto feminino, mas ainda fazem-se necessárias e urgentes, sistemáticas e profundas reflexões e ações de responsabilidade das políticas públicas para suprir demandas acumuladas em longo trajeto de luta lançado pelos movimentos feministas em virtude e pela busca do pleno gozo dos direitos e exercício da cidadania, pois a cultura de percepção da mulher como sexo frágil, ser inferior, ainda persiste e distancia a população feminina do direito de igualdade, fortalecendo e colaborando para que os índices de violência contra a população feminina cresçam. É fato que muito evoluímos, mas temos muitas carências a serem vencidas, além disso, nem todos os segmentos do grupo feminino são contemplados pelas políticas públicas, a saber, mulheres/mães/responsáveis por pessoas com necessidades educativas especiais matriculadas em Centro de Ensino Especial (CEE) da rede pública de ensino. Nesse ínterim, surge o interesse em analisar o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPPM), sob a ótica de percepção e intervenção pela qualidade de vida de mulheres, mães ou responsáveis por alunos matriculados no CEE 02 de Ceilândia. A pesquisa visa perceber se o PNPPM tem como demanda mães de pessoas com necessidades educacionais especiais, se o Plano atua na promoção de ações com o foco ao combate e/ou enfrentamento à violência e negação de direitos das mulheres em questão. Como Objetivo Geral, o trabalho busca identificar, entre as ações amparadas no PNPPM, se há atenção específica às necessidades e demandas das mulheres/mães de pessoas com deficiência. A metodologia adotada é a pesquisa de campo qualitativa, tendo como amostra a comunidade do CEE 02 de Ceilândia. Ao analisar toda a pesquisa e considerar os dados coletados, é percebido que o PNPPM pode atuar na promoção da qualidade de vida das mulheres supracitadas, mas o mesmo não apresenta espaço específico às demandas do público alvo, bem como não há promoção do reconhecimento e conhecimento dos direitos e espaços de apoios às mulheres em contexto. Este trabalho tenciona também sugerir ao PNPPM ações pela criação e fortalecimento de rede que atue pelo amparo e proteção das mães (mulheres) abordadas neste trabalho em direção aos contextos sociais, econômicos, de formação e segurança.

Palavras chaves: Mulher/Mãe – PNPPM – Educação Especial – Igualdade.

ABSTRAT

Although we live in the XXI century, we are still encountering disenfranchisement of women, among the most common are the physical, moral and psychological aggression that generate strong effects on human inequality. The space of struggle and conquest of women has gained insight into the scenario of Brazilian public policy, resulting in new look and significant changes in women's context, but still it is necessary and urgent, systematic and profound reflections and shares the responsibility of public policies for accumulated meet demands in the long path of struggle launched by feminist movements in the pursuit of virtue and full enjoyment of rights and citizenship, because culture perception of women as the weaker sex, be lower still persists and distance the female population of the right equality, strengthening and contributing to the levels of violence against the female population grow. It is a fact that very evolved, but we have many shortcomings to be overcome, moreover not all segments of the female group are addressed by public policy, namely, women / mothers / carers of people with special needs enrolled in Special Education Centre (SEC) of public schools. Meanwhile, there is the interest in evaluating the National Plan of Public Policies for Women (PNPPM), from the perspective of perception and action for the quality of life of women, mothers or guardians of students enrolled in the SEC 02 Ceilândia. The research aims to understand if you have PNPPM as mothers demand for people with special educational needs, the Plan aims at promoting actions to focus the fight or confrontation and violence and denial of women's rights in question. As General Purpose work seeks to identify, among the actions supported in PNPPM, if there is specific attention to the needs and demands of women / mothers of disabled people. The methodology is qualitative field research, and a sample of the community of the EEC 02 Ceilândia. By analyzing all the research and consider the data collected is perceived that PNPPM may act in promoting the quality of life of the above women, but it shows no specific space demands of the audience, and no recognition and promotion of knowledge of rights and support spaces for women in context. This work also intends to suggest PNPPM actions for the creation and strengthening network that acts by support and protection of mothers (women) addressed in this work towards social, economic, training and security contexts.

Key words: Women / Mother - PNPPM - Special Education – Equality.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
1.1 Gênero	17
1.2 Contexto Histórico das Pessoas com Deficiência	22
1.3 Apresentação do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia	25
1.4 Conhecendo o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres	32
II – OBJETIVOS	38
III – METODOLOGIA	39
3.1 Procedimentos de Construção de Dados	40
3.2 Procedimentos de Análise de Dados	42
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
4.1 Questionário “A”	43
4.2 Questionário “B”	46
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54
APÊNDICE “A”	57
APÊNDICE “B”	63
ANEXO “A” - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	68
ANEXO “B” - Consentimento de Participação da Pessoa como Sujeito	70
ANEXO “C” - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	71
ANEXO “D” - Consentimento de Participação da Pessoa como Sujeito	73

LISTA DE ABREVIATURAS

CEE 02 – Centro de Ensino Especial 02	13
ANEEs - Alunos com Necessidades Educativas Especiais	13
ED - Equipe Diretiva	14
EAA – Equipe de Apoio e Aprendizagem	14
SOE – Serviço de Orientação Educacional	14
PNPPM – Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres	14
CNJ – Conselho Nacional de Justiça	19
STF – Supremo Tribunal Federal	17
INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos	22
LDBEN - Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional	23
CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência	23
A – Região Administrativa	26
DF – Distrito Federal	26
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas	27
PPP – Projeto Político Pedagógico	30
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais	31
SEEDF – Secretaria de Educação Estado do Distrito Federal	39
APAED - Associação de Pais, Amigos dos Excepcionais e Deficientes	40
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	40
AMPARE – Associação de Mães, Pais, Amigos e Reabilitadores de Excepcionais	40

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- localização do CEE 02 de Ceilândia	26
Figura 2- Mapa das quadras de Ceilândia	27
Figura 3 - Mapa de identificação das escolas de Ceilândia	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tipo de deficiência Severa	25
Tabela 2 - Aspectos do processo educacional de Ceilândia	29
Tabela 3 - Dados de matrículas do CEE 02 – Ceilândia	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Renda Familiar - Ceilândia, CODEPLAN – 2010	27
Gráfico 2 – Quantidade de Participantes da Pesquisa	43
Gráfico 3 – Responsável pelo Aluno	43
Gráfico 4 – Nível de escolaridade	44
Gráfico 5 – Situação Profissional	44
Gráfica 6 – Reconhecimento dos Direitos	45
Gráfica 7 – Violência Doméstica	45

APRESENTAÇÃO

Este trabalho é desenvolvido na vertente de gênero, tendo como foco as mães/mulheres/responsáveis por alunos com deficiências. O interesse surgiu ao perceber, em minha experiência profissional, como professora e supervisora pedagógica do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia (CEE 02), o quanto tais mulheres são presentes e importantes na vida dos alunos com deficiência, considerando que a presença masculina (pai/irmão/cuidador) é quase rara, muito menor que a percebida nas escolas do ensino regular, ficando assim as mulheres com a responsabilidade de cuidar, zelar e lutar pelos direitos e qualidade de vida do filho com deficiência.

A palavra IGUALDADE nos leva a concepção de direitos e deveres a todo e qualquer ser humano, independente de sexo, raça, gênero, classe social, etnias. No período da Revolução Francesa (1789-1799), não só a palavra, mas as manifestações dos revolucionários eram focadas na igualdade, sob o lema de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Com esse trabalho, viso ir em direção ao direito de igualdade das mulheres/mães/responsáveis por Alunos com Necessidades Educativas Especiais (ANEES).

Como citei anteriormente, esse interesse surge pela minha trajetória profissional. Atuo há 15 anos na modalidade de Educação Especial. No momento, estou lotada no Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia, na função de supervisora pedagógica. No CEE 02, aprendi a essência do respeito à diversidade. Mas essa diversidade não está associada somente ao segmento alunos, está em todos os seres, pois ninguém é igual a ninguém, somos uma sociedade formada pela pluralidade.

Nesse contexto, o meu olhar da diversidade foi direcionado às mães, às irmãs, às avós e às tias dos ANEES, pois a luta delas é grande e dupla, considerando que todos os alunos de Centro de Ensino Especial são considerados incapazes e essas mulheres devem estar à frente pelos direitos dos ANEES.

Na função de supervisora pedagógica, tenho muito contato com as responsáveis pelos alunos, dessa forma, tomei conhecimento e me envolvi em várias situações com as responsáveis pelos alunos. Em síntese, contribuo como escuta, apoio e orientação à muitas demandas que vão desde a falta de informações básicas referentes aos direitos

aos registros de fragilidade emocional, dependência financeira, submissão ao perfil masculino familiar, quadro de violência, negação de direitos básicos, baixo autoestima e outras. Frente à tais situações no cotidiano escolar, surge meu interesse em aprofundar conhecimentos quanto aos direitos ou falta deles às mulheres, foco deste trabalho. Em várias situações, pude contribuir, juntamente à Equipe Diretiva (ED), Equipe de Apoio e Aprendizagem (EAA), Serviço de Orientação Educacional (SOE) e docentes, com as demandas apresentadas pelas responsáveis dos discentes do Centro.

Diante do exposto e entendendo que há muitas demandas por parte de nossa comunidade escolar, destacando também que, todos os anos, recebemos em média 100 alunos (recém-nascidos) que iniciam o atendimento do CEE 02 (consequentemente, mais mães e ou responsáveis), que tenciono ofertar uma análise crítica ao Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (PNPPM), pois, diante do compromisso das mulheres em questão com um incapaz de sua responsabilidade, questiono: Como essas mulheres estão na sociedade? Como são visionadas pelas políticas públicas? Elas são percebidas como pessoas que carecem de atenção especial? Há intervenção política de amparo social, emocional, educacional, formativo e informativo a essa população?

A Constituição Federal (BRASIL,1998), art. 226, parágrafo 8º, decreta como direito de todos: “a assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência, no âmbito de suas relações”. Então compreendemos que o Estado assume e deve cumprir seu papel quanto ao enfrentamento da violência, com vistas ao rompimento da mesma, em todos os contextos sociais; entretanto a sociedade tem conhecimento de que as leis são infringidas e a violência está presente em vários setores sociais.

Vale destacar que as mulheres ganham destaque no cenário da agressão, pois são afetadas com maior predominância, sendo o lar o local de maior reincidência na prática da agressão, assim, esta produção estará perpassando o contexto feminino. Ao falarmos do cenário feminino brasileiro, podemos afirmar que as mulheres receberam olhar e atenção das políticas públicas; essa mudança é muito recente e há muito para melhorar e conquistar, pois a história da mulher na sociedade é cercada de preconceito, desigualdade de direito, ausência de gozo pleno da cidadania e desrespeito à qualidade de vida (saúde, renda, formação...)

Muitos desafios devem ser considerados, repensados e são dignos de encaminhamentos efetivos pelo pleno exercício da mulher na sociedade, como: a mulher é mãe e, tradicionalmente, a responsável pela educação dos filhos, porém poucas ações foram e são pensadas para garantir o direito dessas cidadãs trabalharem de forma tranquila, deixando os filhos em local de segurança, onde receberão os devidos cuidados. Há outro agravante, sabemos que há empresas que não desejam mulheres em seu quadro de profissionais, em função do papel de mãe. Além do citado, temos alto índice de violência contra as mulheres e não podemos ser passivos diante de tal retratação, por isso visou-se verificar a existência de violência e falta de proteção às mulheres responsáveis por alunos com deficiência. Como o público alvo é bem amplo, optei por realizar a pesquisa com base em uma pequena amostra que será retratada pelas mães, irmãs e responsáveis mulheres dos alunos matriculados no CEE 02 de Ceilândia.

O registro acima se refere somente a um ponto das demandas que as mulheres precisam enfrentar. Há políticas e ações públicas que tentam minimizar os problemas gerados pela falta de direito (historicamente constituído), negados às mulheres e que objetivam construir e manter vertentes que contemplem novos espaços de construção feminina, a saber: Lei 11.340/2006 denominada, popularmente como Lei Maria da Penha, Campanhas de Vacinação contra HPV, Campanhas para tratamentos contra o câncer do colo do útero e câncer de mama, Lei 11.170/2008 - ampliação do período de licença gestante, redução de carga horária para amamentação dos filhos. Acreditamos estar em constante construção e devemos aprofundar as conquistas já garantidas e ampliá-las a outras esferas.

As necessidades da população feminina são muitas, considerando que o cenário feminino é formado por vários segmentos, sendo um deles das mulheres/mães/responsáveis por estudantes da educação especial. Nesse ínterim, surge o interesse em analisar o Plano Nacional de Políticas Públicas Para Mulheres – PNPPM, sob a ótica de percepção e intervenção pela qualidade de vida das mulheres, mães ou responsáveis pelos ANEEs. Assim podemos entender e refletir: **a)** Como o PNPPM pode atuar na promoção da qualidade de vida das mulheres mães de alunos com deficiência que estudam em Centro de Ensino Especial? **b)** O PNPPM tem como demanda as mães de ANEEs, com o foco ao combate/enfrentamento à violência e negação de direitos e **c)** Como a PNPPM deve perceber e atuar pelas mães de alunos com deficiência?

Este trabalho se compõe da seguinte forma: na apresentação, destaco alguns itens do projeto para que fique esclarecido a problematização do tema, o motivo de realizar tal pesquisa, uma breve apresentação dos objetivos, enriquecidos por um curto registro de minha trajetória profissional e aspectos relevantes que me incentivaram a realizar a referida investigação. No capítulo I, será encontrada a fundamentação teórica que subsidia e estrutura o trabalho. Em seguida, apresento os objetivos gerais e específicos. A metodologia surge no capítulo III com os instrumentos e registros que geraram dados para a análise. Logo após, encontraremos os resultados e discussão, retratados pela coleta, apresentação e análise dos dados por uma intervenção qualitativa ao público alvo, no capítulo IV. A consideração final está no capítulo V; nele, estão algumas reflexões no intuito de afirmar a importância de direcionar ações em atenção às mulheres responsáveis pelos ANEEs.

I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A sociedade tem vivido grandes transformações exigidas pelas nuances decorrentes do século XXI, mas ainda nos deparamos com quadro retrógrado em relação à privação dos direitos, principalmente pela falta de conhecimento e acesso a orientações que limitam o povo a ir em busca de seus direitos constituídos legalmente em direção ao vivência e prática da democracia. Rocha (2011) destaca a relevância de conscientizar o povo sobre seus direitos e papel do Estado no cumprimento e preservação de tais direitos, assim legitimando a construção de uma sociedade democrática por direito e conhecimento.

Em consonância com Rocha (2011), Lyra (2000, p.17) registra que a democracia participativa se apresenta quando o povo se insere no espaço político, sendo considerado para "[...] apresentar e debater propostas, deliberar sobre elas e, sobretudo, mudar o curso de ação estabelecida pelas forças constituídas e formular cursos de ação alternativos [...]". Diante do exposto, compreendemos que, se não houver a presença dos sujeitos sociais nas tomadas de decisões, se tais sujeitos não forem ouvidos, se não tiverem vez de escuta e voz, de nada adiantará a existência da democracia, pois estaremos diante de uma democracia hipócrita, somente representada como uma peça de teatro na intenção de infringir as diretrizes que amparam e sustentam a cidadania.

1.1 Gênero

A abordagem sobre o aspecto biológico e social da mulher ainda não é bem compreendida e aceita pela sociedade de forma ampla, tendo em vista que em vários momentos sociais e culturais presenciamos a margem que divide os sexos, ainda expressados como “opostos”, como se o ser “mulher” representasse uma afronta aos homens diante espaço de conquistas de que foram por muito tempo negado.

A fotografia de uma pessoa começa a ser determinada ainda no ventre da mãe, quando se descobre o sexo, pois desde bebês somos tratadas de forma diferenciada em “respeito” a formação biológica e não como seres dotados dos aspectos sociais, psicológicos, cognitivos, afetivos, morais que formam nossa identidade e compõem a construção social.

Apesar das conquistas decorrentes das lutas de resgate feminino, a mulher ainda se depara com situações diversas de desigualdades em função de vestígios e ações machistas como prática pela dominação masculina e na defesa das diferenças biológicas como argumento para o desequilíbrio social, negando a igualdade de condições, conforme explica FARR e CHITIGA (1991) quando destacam que as diferenças não estão no ser biológico ou no ser social, mas em quem pode e faz acontecer às relações humanas.

O papel social do homem e da mulher começa a ser construído antes de seu nascimento, pois a sociedade tem o hábito de traçar os gostos, os interesses, os caminhos a ser percorrido pelo novo ser, estabelecido pelo meio, direcionado por construções que interferem no futuro do cidadão ou cidadã, na maioria das vezes, com base em concepções que reforçam a desigualdade em relação à construção social no tocante a gênero. Veja nosso atual perfil:

- Mulheres são direcionadas a trabalhos que destacam o papel de proteção e da maternidade. Exemplo: dona de casa, enfermeira, professora, cozinheiras, costureiras.
- Homens: trabalhado focado na força e agilidade: construção civil, motorista, seguranças, tecnologias.

Vale ressaltar que independente do sexo e da influência de gênero no espaço de trabalho, ainda que todos estejam em mesmo espaço profissional, o fator de poder, de domínio, o cargo de chefia, em grande maioria, está nas mãos masculinas. Louro (2002) destaca que uma das formas de reprodução da desigualdade é percebida pela feminização da carreira magistério.

É possível a equidade entre homens e mulheres, desde que ocorram mudanças significativas nas relações de poder em busca de atender reivindicações justas pela igualdade pelo rompimento das diferenças, excluindo o perfil de subordinação e exclusão, respeitando a identidade física, moral, intelectual e social do outro.

Os direitos humanos levam a imagem de compromisso e respeito aos valores e formações universais da sociedade, promovendo e fazendo prevalecer o senso igualitário e a quebra de conflitos gerados pela desigualdade e exclusão, entretanto esse não é um processo que se transforma por intermédio de regras e leis, mas por construções políticas, econômicas, culturais, ideológicas em visão intercultural e pelo reconhecimento decorrente das diferenças. Vale ressaltar que SANTOS (1999) explica que “nem toda diferença é inferiorizadora.” Assim, o autor considera que as diferenças

devem ser compreendidas e percebidas em prol da política de igualdade, afirmando que:

“sempre que estamos perante diferenças não inferiorizadoras, a política de igualdade que as desconhece ou descaracteriza, converte-se contraditoriamente numa política de desigualdade. Uma política de igualdade que nega as diferenças não inferiorizadoras é, de fato, uma política racista” (SANTOS, 1999, p.44).

Temos ciência que a luta por igualdade, em todos os aspectos humanos, no Brasil, já conta com grande contexto pela implementação de políticas públicas para superar o quadro de discriminação quanto a gênero, porém nem sempre essas ações são desenvolvidas de forma favoráveis, efetivas e responsáveis que atendam exclusivamente a quem esteve e está a margem pela falta de condições e possibilidades igualitárias.

Dentre vários pontos que buscam o exercício da cidadania aplicada de forma democrática e pelo enfrentamento das desigualdades, destaco o segmento social “MULHER” que, nos dias atuais, ainda sofre pela falta de respeito a direitos básicos, o mais comum está relacionado às agressões: físicas, morais e psicológicas. A cultura de violência, onde percebe-se a mulher como ser inferior - “sexo frágil” - distancia o sexo feminino do direito de igualdade, colaborando para que diversos índices de violências à mulher cresçam. Os vários tipos de violências alcançam as mulheres brasileiras, independente de classe social, naturalidade, raça, formação, idade, crença - isso justifica a necessidade da adoção de políticas públicas que visualizem as mulheres em diversos contextos.

No intuito de coibir tais violências, surge a Lei Maria da Penha – 11.340/06, essa elimina as sentenças alternativas, alterando o Código Penal, assim o ator pela agressão à mulher pode ser punido com prisão preventiva. Mas ainda estamos em construção para vencer o desafio no sentido de que tal lei seja eficiente e eficaz. Segundo levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), de 2006 a 2010, houve de 332, 21 milhões de registros para apurações referente à violência doméstica. Vale ressaltar que o estado do Rio de Janeiro aparece como líder no *ranking* de violência à mulher. Os dados demonstram o quanto é primordial ações de proteção e que primem pela igualdade de gênero.

Apesar de termos ainda muito a conquistar no cenário feminino, não podemos negar a grande relevância e as conquistas decorrentes das lutas de resgate feminino.

Para melhor ilustrar o campo de conquista das mulheres, segue a Linha do Tempo das Conquistas das Mulheres¹:

- 1838 - Primeira escola exclusiva para meninas.
- 1879 - Mulheres no Ensino Superior.
- 1887 - Primeira brasileira a ter diploma universitário.
- 1899 - Primeira mulher no Tribunal de Justiça.
- 1906 - Maior organização das mulheres em sindicatos.
- 1917 - Ingresso da mulher no serviço público.
- 1919 - Conselho Feminino Internacional do Trabalho.
- 1921 - Primeira partida de futebol feminino.
- 1922 - Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.
- 1927 - Primeira alteração na lei para o voto feminino.
- 1928 - Primeira disputa oficial feminina em Olimpíadas.
- 1932 - Direito de voto às mulheres.
- 1933 - Primeira deputada federal.
- 1934 - Consagração dos direitos femininos.
- 1941 - Primeira mulher piloto no País.
- 1951 - Igualdade feminina no trabalho.
- 1960 - Auge da carreira da maior tenista brasileira.
- 1962 - Código Civil alterado: mulher casada incapaz.
- 1975 - Ações do movimento feminista.
- 1975 - Ano Internacional da Mulher.
- 1975 - Movimento Feminino pela Anistia - 1977 - Lei do Divórcio.
- 1979 - Convenção mundial pelo fim da discriminação.
- 1980 - Dia Nacional da Mulher.
- 1982 - Primeira mulher ministra.
- 1985 - Delegacia de Atendimento Especializado à Mulher.
- 1985 - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- 1996 - Lei de Cotas.
- 2000 - Presença feminina no STF.

¹ Linha de Tempo das Conquistas das Mulheres , disponível em:
<http://cemanosdeitabuna.ning.com/profiles/blogs/linha-de-tempo-das-onquistas-mulheres>

- 2003 - Ministério de Políticas para as Mulheres.
- 2006 - Lei Maria da Penha.
- 2011 - Primeira mulher na Presidência.

Grandes são os avanços, mas a mulher ainda se depara com situações diversas de desigualdades em função de vestígios e ações machistas como prática pela dominação masculina e na defesa das diferenças biológicas como argumento para o desequilíbrio social, negando a igualdade de condições. Vale refletirmos sobre o que destaca Farr e Chitiga:

Homens e mulheres podem executar diferentes tipos de trabalhos e serem iguais, como também podem desempenhar funções idênticas e serem desiguais. O problema não se refere tanto sobre quem faz o quê, mas quem define os papéis do outro e se, tanto homens quanto mulheres, têm escolha. (FARR e CHITIGA, 1991, p.25).

Apoiados pela consideração de Farr e Chitiga (1991), entendemos que as políticas públicas devem gerar e oportunizar as mesmas condições (em todos os segmentos) a homens e mulheres. Indo mais além, devemos nos questionar também sobre as diferenças e levantar reflexões sobre para qual mulher as políticas, no cenário feminino, atua e ampara. Toda e qualquer mulher tem sido contemplada?

Somos espectadores de ofertas de emprego para mulheres com boa aparência, isso é uma ação segregadora, pois o fator beleza (aos olhos de quem avalia) menospreza a competência e habilidade de uma profissional. Ações discriminatórias não estão associadas somente à beleza, temos restrições às mulheres com mais idade, mães solteiras, mães de muitos filhos, até chegarmos a mães de ANNEs.

Os registros supracitados levam em consideração a população femina, sem restrições, mas este trabalho tem como sujeito principal as mulheres que são mães/responsáveis de alunos ANEEs diante das propostas constantes no Plano Nacional de Políticas Públicas Para Mulheres – PNPPM. Antes de entrarmos de fato na questão em pauta, é pertinente nos apropriarmos sobre o contexto histórico Educação Especial.

1.2 Contexto Histórico Das Pessoas Com Deficiência

Na Antiguidade, as pessoas que nasciam com qualquer tipo de deficiência ou síndrome eram vistas como um castigo divino em função de suposto pecado por algum ancestral ou por outro motivo sobrenatural. Dependendo da cultura local e momento

histórico, as pessoas deficientes eram abandonadas em locais de isolamento, hospitais, igrejas, quando não eram sacrificadas. Na Grécia antiga, as crianças que nasciam com anomalias eram deixadas em lugares santos ou nas florestas. Na Idade Média, por causa do Cristianismo, os deficientes passaram a receber um olhar de caridade.

Mudança significativa ocorreu com o Renascimento que trouxe explicações científicas e se distanciava das justificativas sobrenaturais voltadas ao castigo divino. Nesse contexto, o deficiente passou a ser visto como carente de reabilitação, proporcionada pela área de saúde e educação. A atenção institucionalizada para as pessoas com deficiência aconteceu no final do século XVIII. Nesse momento, surgiu a necessidade de se separar os “anormais” dos “normais”. Deu-se o advento da segregação e da discriminação nas instituições educacionais (cf. ARANHA, 2000; BUENO, 1999; CARVALHO, 1996). No início do século XIX, expande-se o espírito científico e de investigação, paralelamente ao surgimento de escolas especializadas para cegos. As pessoas tidas como loucas e, por isso, reclusas iniciam sua participação no campo social.

No Brasil, as pessoas com deficiência, inicialmente, foram acolhidas pelas instituições residenciais segregadoras, isto é, instituições de caridade ou filantrópicas que se dedicavam a atender as pessoas com deficiência. A primeira foi criada em 1854, pelo monarca D. Pedro II, no Rio de Janeiro, intitulada “Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Em 1857, fundou-se o Instituto dos Surdos e Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Assim, gradativamente, surgiram instituições destinadas a atender pessoas com deficiência. Essa expansão se deu, especialmente, a partir da década de vinte, do século passado. Deve-se ressaltar que a princípio, na rede pública de ensino, somente eram matriculadas as pessoas com Déficit Intelectual, conhecida como antiga deficiência mental. Nos anos 60, com a concepção de “integração”, a mudança foi intensa a começar pela criação de Centros de Reabilitação para todos os tipos de deficiência. O conceito de integração surgiu com a visão de que as escolas comuns deveriam aceitar alunos com deficiência. Essa visão foi registrada na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) – Lei Nº 4.024/61 – que afirmava o compromisso do poder público com a Educação Especial. Em 1971, o Ministério da Educação, por meio da Lei Nº 5692/71, associou-se a visão tecnicista para atendimento aos deficientes, no espaço escolar. Em 1975, aprovou-se a

“Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes” em consonância à Constituição Brasileira que estabelece:

O dever do Estado com a educação será efetivada mediante garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente, na rede de ensino: Consta-se no novo ordenamento jurídico a preocupação com a integração (BRASIL, 1998, art. 208, inciso III).

A Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, órgão do Ministério da Justiça, passa a ser responsável pela integração da pessoa com deficiência. Nesse período, os deficientes passaram a ser conhecidos como pessoas portadoras de deficiência. Em 1989, a LDB com a Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1986 apoiou a integração social das pessoas com deficiência. A Política Nacional de Educação Especial diz que:

Integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica reciprocidade (...). Integração escolar – Processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com a necessidade e habilidade dos alunos. A integração educativa escolar refere-se ao processo de educar-ensinar, no mesmo grupo, a criança com ou sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola (BRASIL, 1994, p.18).

O Brasil, nos anos 90, adota as considerações que foram registradas na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, as quais satisfazem as necessidades básicas de aprendizagem estabelecidas em Jomtiem – Tailândia, quando fez a opção pela construção de um sistema educacional inclusivo. A partir da discussão sobre a Política Nacional de Educação Especial em 1994, difunde-se o conceito de “educação inclusiva”, aqui apresentada por Mantoan (1997, p.121):

A noção de inclusão institui a inserção de forma mais radical, completa e sistemática. O conceito se refere à vida social e educativa e todos os alunos devem ser incluídos nas escolas regulares e não somente colocadas na “corrente principal”. A meta principal da inclusão é não deixar ninguém no exterior do ensino regular (...). A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional (...).

De modo geral e resumido, o caminho da integração para a inclusão no que se refere ao aluno com deficiência mental é que, na integração, quem sofre as

transformações é o aluno, pois deve se adaptar ao novo meio. Já na inclusão, o meio deve transformar-se e adaptar-se para receber o aluno com deficiência.

Ainda no ano 1994, o Brasil mostrou consonância com a Declaração de Salamanca – Espanha – fruto da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais. A Política Nacional de Educação Especial ressalta em seu teor a importância, as justificativas, os objetivos da educação inclusiva e sugestões de operacionalização. Ela registra que:

Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda gama dessas diferentes características e necessidades; todas as crianças devem ter acesso às escolas comuns que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a estas necessidades (BRASIL, 1994, p.14).

No atual contexto Educacional, em relação ao processo de educação especial, o alvo está na inclusão. A educação de pessoas com deficiência tem os mesmos objetivos da educação de qualquer outro estudante. Nessa mesma linha de pensamento visualizamos as mulheres-mães dos ANEEs que têm os mesmos direitos que as demais mulheres-mães da sociedade brasileira. Entretanto, passam por situações e necessidades que mães de pessoas sem nenhum déficit cognitivo, físico e sensorio-motor passam. Daí inicia a necessidade de olhar diferenciado a tal público. Destaco a seguir um panorama geral do CEE 02 de Ceilândia com vistas à apresentação do ambiente em que o público alvo da pesquisa está inserido.

1.3 Apresentação do Centro De Ensino Especial 02 De Ceilândia

Antes de dedicar atenção aos aspectos que envolvem o Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia, vale efetivar duas breves abordagens para melhor situar o leitor, uma sobre os dados em relação aos deficientes no Brasil e outro sobre os termos usados neste trabalho: alunos com necessidades educativas especiais e deficientes.

Segundo dados do IBGE 2010, 45.606.048 de brasileiros – 23,9% da população total, tem algum tipo de deficiência, sendo que destes, 8,3% apresentam pelo menos um tipo de deficiência severa. Veja quadro:

Tabela 1 - Tipo de deficiência severa

3,46% com deficiência visual severa	1,12% com deficiência auditiva severa	2,33% com deficiência motora severa	1,4% com deficiência mental ou intelectual
---	--	--	---

Fonte: IBGE 2010

Os números é um dos fatores que fortalecem a necessidade de haver políticas públicas que atendam as carências sociais e de saúde da sociedade brasileira, devendo perceber e incluir em tais ações o cuidado com a cuidadora, que em várias situações vivem para zelar de outra vida.

Outro ponto que merece parêntese, conforme mencionei acima, refere-se a nomenclatura em relação a educação especial que tem passado por ajustes com intuito de se adequar a forma politicamente correta em quanto a nomenclatura as pessoas com deficiência. O termo hoje utilizado é Necessidades Educativas Especiais – NEE, no campo educacional para designar aos alunos que apresentam alguma deficiência, conforme explica Segundo Borges (2005, p. 03):

Um aluno tem necessidades educacionais especiais quando apresenta dificuldades maiores que o restante dos alunos da sua idade para aprender o que está sendo previsto no currículo, precisando, assim, de caminhos alternativos para alcançar este aprendizado.

Carvalho (1999, p.59) destaca a história da educação especial no Brasil e as modificações na forma de tratamento dos alunos: “excepcionais”, “portadores de deficiência”, “deficientes”, “alunos com necessidades especiais”, e atualmente, alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Esclarecido alguns pontos, destaco que o público foco deste trabalho está dimensionado no Centro de Ensino Especial 02, localizado na IX Região Administrativa (RA) do Distrito Federal, Ceilândia, situado na QNO 12 - Área Especial “G” – Setor “O”.

Figura 1- localização do CEE 02 de Ceilândia

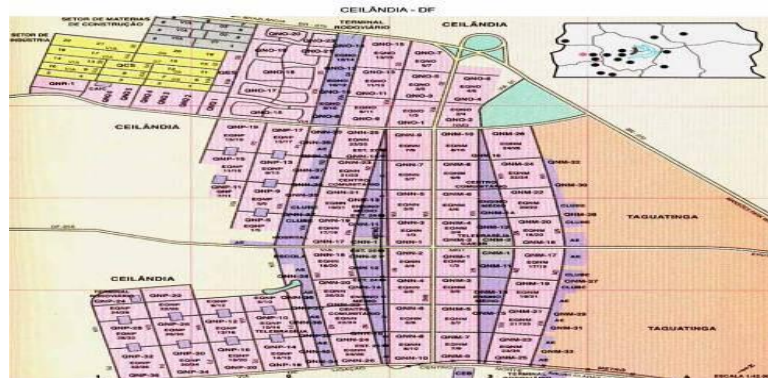


Fonte: <http://maps.google.com.br/>

A IX RA é uma cidade em pleno desenvolvimento, possui representatividade significativa nas diversas ações promovidas pelo Distrito Federal (DF) nos campos históricos, sociais, econômicos, educacionais e geográficos dessa RA. Segundo a Codeplan (2010), o nome “Ceilândia” teve origem na junção da sigla CEI - Comissão de Erradicação de Invasões, com o sufixo “lândia”. A cidade de Ceilândia é o resultado do primeiro projeto de erradicação de favelas que aconteceu no Distrito Federal. Criado em março de 1971, o projeto da cidade foi elaborado pelo arquiteto Ney Gabriel.

A Ceilândia é composta pelas quadras: QNM, QNN, QNO, QNP, QNQ, QNR, dispostas em torno de dois eixos que se cruzam em um ângulo de 90°. Conta ainda com o Condomínio Privê, Setor de Chácaras e Setor Industrial.

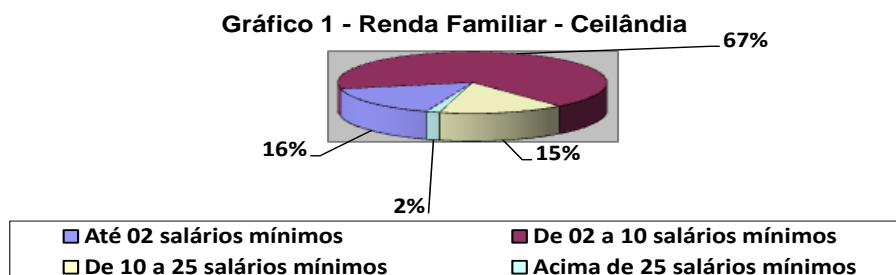
Figura 2- mapa das quadras de Ceilândia



Fonte: <http://maps.google.com.br/>

A RA IX foi criada pela Lei Nº 49/89 e o Decreto Nº 11.921/89 por força do Decreto 10.348/87 de 28 de abril de 1987. Ficou definido como data da fundação de Ceilândia o dia 27 de março de 1971. Anteriormente, Ceilândia estava incluída na RA III: Taguatinga, devido a sua significativa expansão, fez-se necessário o surgimento da IX RA.

Com base no último senso realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ceilândia possui mais de 350 mil habitantes, o que representa 18% da população do Distrito Federal. É a RA com o maior número de comerciários do DF (100 mil), possui uma população economicamente ativa de 160 mil pessoas. Verifica-se também uma grande quantidade de feiras na região, como a Feira Central - a principal - exemplo de um empreendimento informal, pelo qual a cidade também pode se fortalecer. A População em geral é formada por mulheres 166.212 e homens 176.622, sendo 45% da população menores de 20 anos. A formação por família (quantidade) está na média de 4,87 membros. A renda familiar varia, conforme o gráfico abaixo:



Fonte: Aspectos econômicos de Ceilândia, Codeplan 2010.

Em relação ao processo Educacional observa-se que Ceilândia possui:

Tabela 2 – Aspectos do processo educacional de Ceilândia

Escola Pública	87	1487 salas de aula	100.671 alunos	4.273 professores
Escola Conveniada	11	137 salas de aula	4.289 alunos	159 professores
Escola Particular	44	315 salas de aula	8.176 alunos	504 professores

Fonte: CODEPLAN,2010.

Os alunos matriculados no CEE 02 de Ceilândia, conforme informações constantes no Sistema de Gestão Escolar e na secretaria da escola são provenientes:

Tabela 3 – Dados de matrículas do CEE 02 - Ceilândia

Quantidade alunos do CEE 02 – Ceilândia	Alunos residentes na IX RA (área Norte de Ceilândia)	Alunos residentes em Águas Lindas
535	325	210

Fonte: Secretaria Escolar do CEE 02 de Ceilândia, 2014

O Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia, está localizado na RA IX do Distrito Federal e surgiu em decorrência da demanda apresentada pelo Centro de Ensino Especial 01, localizado no Setor P. Sul, também em Ceilândia, que, até final de 1998, era o único Centro de Educação Especial desta cidade. A partir de 1994, vários profissionais dedicaram esforços para abertura de mais um Centro de Educação Especial na Ceilândia.

Em 17 de dezembro de 1998, houve a inauguração. Ela contou com a presença de toda a comunidade escolar e das autoridades: Governador e Vice-governadora, Secretário de Obras, Secretário de Educação, Diretor Executivo da Fundação Educacional do Distrito Federal e o Administrador Regional da Ceilândia. Apesar do ato solene de inauguração, somente aos 15 dias do mês de janeiro de 1999, as obras estavam concluídas e o Centro contava apenas com a estrutura física.

O CEE 02 Ceilândia investe na educação das pessoas com necessidades educativas especiais, proporcionando-lhes a oportunidade de ultrapassar barreiras econômicas, sociais e culturais, com intuito de contribuir pela qualidade de vida e valorização do ser humano, vivência e exercício pleno da cidadania.

Segundo dados apresentados no Projeto Político Pedagógico (PPP) do CEE 02 do ano de 2014, os alunos matriculados no CEE 02 são aqueles que, após avaliação e estudos de caso não apresentaram condições, em seu quadro geral, a serem incluídos na rede regular de ensino. Alguns são oriundos do ensino regular, resultado de condutas/orientações educacionais as quais entenderam que estes apresentam idade além do permitido para permanecer nas classes regulares e desempenho acadêmico e social incompatível com o exigido nas propostas educacionais, sendo, portanto, encaminhados ao CEE com intuito de receberem atendimento educacional especializado, adaptado e condizente a estes educandos. Ainda há os alunos do atendimento complementar, que recebem no Centro um apoio educacional que favoreça o progresso dos mesmos na rede regular de ensino.

Na modalidade de educação especial, o CEE 02 oferece:

- Programa de Educação Precoce: recebe educandos com idade de 0 à 3 anos. Estes são encaminhados à escola por intermédio da área médica que, após vários exames, comprovam um quadro de risco às crianças (premature, anoxiado, filhos de mães hipertensas e outras) ou geralmente, crianças diagnosticadas com paralisia cerebral, transtorno Global do Desenvolvimento e outras síndromes;
- Deficiências Múltiplas: turmas formadas por alunos acima de 04 anos de idade, com duas ou mais deficiências que interferem no desenvolvimento global;
- Déficit Cognitivo: são atendidos em classes de 04 a 08 alunos por turma. O funcionamento desta área corresponde ao da educação infantil/currículo adaptado. Nesta área, estão os alunos com maiores perspectivas de inclusão;
- Transtorno Global do Desenvolvimento: contempla em seu atendimento alunos que apresentam comportamento típico de síndromes, quadros psicológicos e neurológicos que ocasionam atraso no desenvolvimento e prejuízo no relacionamento social, requerendo assim atendimento educacional especializado;
- Oficinas Pedagógicas: turma formada por 16 a 32 alunos acima de 14 anos que não apresentam ganhos pedagógicos. Essa área visa à

semiprofissionalização por meio de atividades manuais na produção de bijuterias, tapetes, quadros e caixas com papel reciclável;

- Atendimento Complementar: apoia o processo inclusivo na oferta de atividades artísticas, físicas, tecnológicas e ambientais aos alunos pertencentes à Região Norte de Ceilândia, num total de 120 educandos, com diagnósticos variados que dificultam a aprendizagem.

Todos os alunos do Centro são contemplados com aulas de educação física, educação ambiental, educação artística e informática, além da proposta pedagógica desenvolvida pelo regente. Os atendimentos são construídos com base nas orientações educacionais vigentes e no conhecimento técnico dos professores para atender às especificidades dos estudantes, assim, aplicamos o que diz os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais:

Educação Especial – Modalidade da educação escolar. Processo educacional definido em proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, subsistir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educativas especiais da educação básica. (BRASIL, 1999, p.21).

Os alunos atendidos neste Centro são residentes na Ceilândia Norte, Setor “O”, Expansão do Setor “O”, Condomínio Privê, Águas Lindas de Goiás e novas áreas residenciais da Ceilândia (área de chácaras). A comunidade escolar (discentes e familiares), de forma generalizada e no campo econômico, é carente (adotamos como carente a renda per capita de ½ salário mínimo).

Em função das limitações de nossa comunidade, convivemos constantemente com problemáticas que vão além das nossas responsabilidades pedagógicas. Temos conhecimento de até onde vai a nossa atribuição funcional/profissional, entretanto é impossível fecharmos os olhos às necessidades básicas nas quais a maioria dos nossos discentes está inserida. Assim, somos levados, por questão de humanidade, à nos envolver em papéis que não são de nossa competência como servidores da educação, mas de responsabilidade como cidadãos que valorizam a integridade do ser humano.

Após conhecermos um pouco sobre o contexto histórico da educação especial e o processo educativo ofertado pelo CEE 02 de Ceilândia, ambos relevantes para a temática aqui abordada, vale destacar alguns pontos sobre o PNPPM.

1.4 Conhecendo o Plano Nacional De Políticas Públicas para Mulheres

O Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres é resultado do trabalho da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR. A criação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) é datada de março de 2003. Em 2013 o PNPPM completou dez anos com trabalhos voltados a políticas públicas de gênero.

Movimento de mulheres rurais e urbanas, organismos estaduais e municipais de políticas para mulheres para as mulheres e feministas, Conferências de municipais, estaduais e nacionais de mulheres formaram o processo de construção do PNPPM. O Plano é fruto de diálogo entre governo e sociedade civil. Desde sua criação as políticas para as mulheres têm avançado na construção coletiva com os movimentos de mulheres e demais movimentos sociais feministas no enfrentamento pela desigualdade.

Em julho de 2004 ocorreu 1ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I PNPM. Em agosto de 2007, aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, 2.800 constituíram a delegação na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro e resultou no II PNPM. A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ocorreu em dezembro de 2011, com 200 mil participantes em todo o país e 2.125 delegadas na etapa nacional. Como resultado há o PNPM 2013-2015, com ainda maior inserção das temáticas de gênero em diversas frentes do governo.

Princípios orientadores do PNPPM:

- Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- Busca da igualdade efetiva entre mulheres e homes, em todos os âmbitos;
- Respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
- Universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
- Participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas e transversalidade como princípio de todas as políticas públicas.

O PNPPM é uma ação do Governo Federal com vistas a promover políticas

públicas que visam à igualdade entre homens e mulheres. O primeiro momento para a construção do Plano ocorreu em 2004, por meio da I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Pontos Fundamentais do Plano (2005):

- Igualdade e respeito à diversidade;
- Equidade;
- Autonomia das mulheres;
- Laicidade do Estado;
- Universalidade das políticas;
- Justiça social;
- Transparência dos atos públicos;
- Participação e controle social.

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres objetiva promover e assegurar ações que cause transformações à vida das mulheres, para tanto, é necessário empenho dos governos nas esferas: Distrital, Municipal, Estadual e Federal pela busca de mecanismos institucionais que representem ações afirmativas para as mulheres, assim o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2005) apresenta como objetivos:

- A igualdade de gênero, raça e etnia;
- O desenvolvimento democrático e sustentável, levando em consideração as diversidades regionais com o objetivo de superar as desigualdades econômicas e culturais;
- O cumprimento dos tratados, acordos e convenções internacionais firmados e ratificados pelo Governo Brasileiro, relativos aos direitos humanos das mulheres;
- O pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres;
- O equilíbrio de poder entre mulheres e homens, em termos de recursos econômicos, direitos legais, participação política e relações interpessoais;
- O combate às distintas formas de apropriação e exploração mercantil do corpo e da vida das mulheres;
- O reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica, que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública;
- O reconhecimento da responsabilidade do Estado na implementação de políticas que incidam na divisão social e sexual do trabalho;
- A construção social de valores, por meio da Educação, que enfatizem a importância do trabalho historicamente realizado pelas mulheres, além da necessidade de viabilizar novas formas para sua efetivação;
- A inclusão das questões de gênero, raça e etnia nos currículos escolares, além do reconhecimento e busca de formas que alterem as práticas educativas, a produção de conhecimento, a educação formal, a cultura e a comunicação discriminatórias;
- A inclusão de recursos nos Planos Plurianuais, Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais para implementação de políticas públicas para as mulheres;
- A elaboração e divulgação de indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população afrodescendente e indígena, como subsídios para a

formulação e implementação de políticas públicas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, que levem em consideração a realidade urbana e rural;

- A capacitação de servidores (as) públicos(as) em gênero, raça, etnia e direitos humanos, de forma a garantir a implementação de políticas públicas voltadas para a igualdade;
- A participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, disponibilizando dados e indicadores relacionados aos atos públicos e garantindo a transparência das ações;
- A criação, o fortalecimento e a ampliação de organismos específicos de defesa dos direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estaduais e municipais.

O PNPPM apresenta 199 (cento e noventa e nove) ações em direção a 26 (vinte e seis) prioridades que foram definidas a partir dos debates estabelecidos na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Este momento contou com a participação de um Grupo de Trabalho composto por: representantes dos ministérios da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Planejamento, Orçamento e Gestão, Minas e Energia e Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, bem como representantes das esferas governamentais estaduais, representadas pelo Acre - e municipais – representadas por Campinas/São Paulo.

As ações do Plano foram traçadas a partir de 4 linhas de atuação, consideradas como as mais importantes e urgentes para garantir, de fato, o direito a uma vida melhor e mais digna para todas as mulheres. Cada ação apresenta também seus objetivos, os primeiros passos para alcançar os objetivos e destacam as prioridades – PNPPM (2005):

- Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania;
- Educação Inclusiva e não sexista;
- Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos;
- Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Para que as ações do PNPPM sejam efetivadas, há gestão e monitoramento por parte da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, juntamente com os ministérios parceiros e diversos órgãos de governo. Em 2005, foi criado o comitê para gestão e monitoramento, esse é integrado por representantes de ministérios e secretarias especiais, além da coordenadoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. O comitê acompanha o desenvolvimento das ações do Plano por cada

um dos diferentes órgãos do Governo Federal, atua também para que práticas efetivas e que atendam às necessidades específicas das mulheres sejam inseridas nas políticas governamentais de todas as áreas e instâncias governamentais e não governamentais. Integrantes do Comitê – PNPPM (2005):

- Secretaria Especial de Políticas para Mulheres;
- Ministério da Educação;
- Ministério da Justiça;
- Ministério da Saúde;
- Ministério das Cidades;
- Ministério das Minas e Energia;
- Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Ministério do Trabalho e Emprego;
- Secretaria Especial de Direitos Humanos;
- Secretaria Especial de Políticas da Promoção da Igualdade Racial;
- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Prioridades do Comitê, conforme PNPPM (2005)

- Capacitar e qualificar os agentes públicos em gênero, raça e direitos humanos;
- Produzir, organizar e disseminar dados, estudos e pesquisas que tratem das temáticas de gênero e raça;
- Criar e fortalecer os mecanismos institucionais de direitos e de políticas para as mulheres.

O PNPPM tem o foco no processo de igualdade, não somente reduzindo as desigualdades entre homens e mulheres, mas atuando por um programa que atenda, compreenda e perpasse a dimensão da diversidade feminina, implementando ações que abranjam as mulheres.

Ampliando Conhecimentos:

Você conhece as principais formas de violência à mulher? Segundo o artigo 7º, da Lei nº 11.340/2006, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

- I - a violência física
- II - a violência psicológica
- III - a violência sexual
- IV - a violência patrimonial
- V - a violência moral

E os direitos e amparos na área da saúde? ²

Ligadura de trompas (SUS): A mulher tem o direito, em toda a rede do SUS e conveniados, a realizar cirurgia para esterilização quando desejar, contanto que seja maior de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos, e se em convivência conjugal, com o consentimento do marido. A esterilização também será possível quando houver risco de vida ou à saúde da mulher. Amparo legal: Lei nº 9.263, de 13 de novembro de 1996, Artigo 10, Parágrafos I e II.

Atendimento prioritário à gestante: A gestante tem direito ao atendimento prioritário em emergências de hospitais, assim como em outros órgãos e empresas públicos e em bancos. Amparo legal: Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, Artigo 1º; Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004, Artigo 5º, Inciso II, Parágrafo 2º.

Carteira Nacional de Saúde: A mulher tem direito à Carteira Nacional de Saúde, em que constarão os dados e os atendimentos para acompanhamento em unidades do SUS. Amparo Legal: Lei nº 10.516, de 11 de setembro de 2002.

Recebimento de ajuda do pai do bebê: A gestante tem direito a receber do pai do bebê valores suficientes para cobrir as despesas adicionais do período de gravidez, e que sejam dela decorrentes, até o parto. Amparo legal: Lei nº 11.804, de 05 de novembro de 2008, Artigo 1º, 2º e parágrafo único.

Reconstrução de mamas: A mulher que, em decorrência de um câncer, tiver os seios total ou parcialmente retirados, tem direito à reconstrução destes por meio de cirurgia plástica. Amparo Legal: Lei nº 9.797, de 06 de maio de 1999, Artigo 1º;- Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, Artigo 10-A.

Exame da mama e do colo do útero gratuitos (SUS): Toda mulher que já tiver iniciado sua vida sexual, de qualquer idade, tem direito a fazer, gratuitamente na rede do SUS, o exame de colo uterino. A partir dos 40 anos, toda mulher terá direito também à mamografia, também gratuitamente pelo SUS. Amparo legal: Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, Artigo 2º, Inciso II e III.

Diagnóstico de HIV e sífilis em parturientes: A mulher internada para dar a luz em qualquer estabelecimento hospitalar integrante do SUS tem por direito realizar o teste rápido para detecção de sífilis e/ou HIV. Amparo legal: Portaria nº 766 MS/SAS, de 21 de dezembro de 2004.

Violência doméstica contra a mulher (Lei Maria da Penha): O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar a manutenção do seu vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local do trabalho, por até seis meses. Amparo legal: Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, Artigo 9º.

Discriminação no trabalho: O empregador não pode exigir atestados de gravidez ou quaisquer outros de objetivo discriminatório para fins de admissão ou manutenção do emprego de mulheres. Amparo legal: Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995.

Vacina contra HPV: Fica incorporada a vacina quadrivalente contra HPV na prevenção do câncer de colo do útero no Sistema Único de Saúde (SUS). Amparo legal: Portaria nº 54 MS/ SCTIE, de 18 de novembro de 2013, Artigo 1.

Este capítulo nos apresenta uma abordagem sintetizada e geral sobre as transformações que a sociedade tem vivido em decorrência dos avanços exigidos pelo século XXI no tocante às lutas e conquistas adquiridas pelas organizações e

² Fonte: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/legislacao/mulher_outros_direitos.php

movimentos feministas, relata o contexto histórico das pessoas com deficiência da Antiguidade ao momento atual, apresenta a dinâmica do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia e nos leva a conhecer sobre Plano Nacional De Políticas Públicas Para Mulheres. Todas as informações são relevantes para melhor interação e compreensão da pesquisa apresentada.

II – OBJETIVOS

É fato e notório que muitos avanços ocorreram na promoção de direitos às mulheres, mas não podemos fechar os olhos para demandas ainda existentes. A visão das políticas públicas ainda não é minuciosa e atende à ampla diversidade e pluralidade no contexto feminino. A sociedade consegue avançar, mesmo que lentamente, a caminho das políticas públicas para as mulheres negras, indígenas, do campo; mas e as mulheres que abrem mão de sua vida para cuidar e zelar da vida de um filho considerado incapaz, estudante em um CEE? Nesse contexto, é que surgem os objetivos deste trabalho.

Objetivo Geral:

- Identificar, entre as ações amparadas no Plano Nacional de Políticas para Mulheres, se há atenção às necessidades das mulheres/mães de pessoas com deficiência.

Objetivos Específicos:

- Identificar as necessidades e demandas das mães dos estudantes, tendo como base a comunidade Centro de Ensino Especial 02 DE CEILÂNDIA;
- Analisar os princípios do PNPPM com vistas a identificar os pontos em que o plano atenda às mulheres em questão; bem como sugerir ao PNPPM ações pela ampliação e fortalecimento das redes que atuam pela proteção das mães (mulheres) abordadas no trabalho;
- Promoção do reconhecimento e conhecimento dos direitos e espaços de apoio à mulher.

III- METODOLOGIA

Com intuito de garantir as reais necessidades e busca de ações efetivas e representativas ao público a que se destina esta pesquisa, lançaremos mão de metodologia que prime pela rigorosidade na análise dos dados e que venham sugerir a inserção e execução de políticas públicas na consolidação de direitos a classes minoritárias, aqui, as mães de pessoas com necessidades educativas especiais.

O processo metodológico adotado nesta pesquisa assume grande relevância no sentido de explicar, com foco na exatidão, de forma minuciosa e detalhada, o percurso do trabalho em busca de atender as demandas do público alvo. Assim, a metodologia adotada é a pesquisa de campo qualitativa, realizada no Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia – Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Para melhor entender a abordagem deste trabalho, anterior a pesquisa de campo, há breve apresentação do contexto histórico das pessoas com deficiência, panorama geral sobre a educação ofertada no CEE 02 de Ceilândia e destaque sobre o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres. Além da apresentação supracitada, os instrumentos de registros para coleta de dados são: a) questionário “A” para os docentes dos alunos do CEE 02; b) questionário “B” para profissionais do Centro que não atuam em sala de aula, mas que realizam trabalho intimamente ligado aos estudantes e famílias e análise sobre o PNPPM.

Ressalto que esta pesquisa será enriquecida por contribuições relevantes de autores renomados e também estará fundamentado com base na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Lei Maria da Penha (2006), Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (2011).

Fatores humanos e sociais estão presentes nesta pesquisa, tendo em vista que aborda tema de auto e grande interesse pessoal - na área profissional, pois sua possibilidade de aplicabilidade e funcionalidade interfere no cotidiano e no exercício da cidadania da comunidade a que se aplica. Vale destacar também a que a abordagem escolhida é nova e busca atuar por valores humanos e sociais.

Enfim, a triangulação de dados salientará o perfil e carência das mulheres mães de estudantes com necessidades educacionais especiais do CEE02 de Ceilândia e se este público está contemplado no PNPPM, destacando, se necessário, as intervenções necessárias para a qualidade de vida do público alvo da pesquisa.

É válido ressaltar que não é objetivo desta pesquisa desprivilegiar as conquistas feministas, tendo em vista as poucas ou nenhuma abordagem frente às mulheres responsáveis por ANEEs. Questões envolvendo os avanços no cenário feminino, com ênfase ao PNPPM, associado às responsáveis pelos/as ANEEs é foco desta produção.

Aos participantes desta pesquisa foram apresentados os termos de consentimento livre e esclarecido e que se optou por preservar a identidade dos participantes. Com exceção da chefe de secretaria, os demais participantes são da carreira de magistério da rede pública de ensino do Distrito Federal.

O material base para avaliação é análise do PNPPM e análise de dados composto por dois questionários; ambos semiabertos e semiestruturados. As questões que estruturaram os questionários contaram com opções de respostas como sim, não, raramente, sempre ou quando não soubessem, os participantes foram orientados a deixarem em branco. Na transcrição para coleta de dados foi considerado somente as opções marcadas pelos participantes (conforme apêndice).

3.1 Procedimentos de Construção de Dados

O interesse deste trabalho são as mulheres/mães/responsáveis pelos alunos com deficiência. Esse é um público bem vasto, tendo em vista que o Distrito Federal conta com 12 (doze) Centros de Ensino Especial, além disso, há as instituições filantrópicas e não governamentais, a saber: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e Deficientes (APAED), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação de Mães, Amigos, PAIS e Reabilitadores de Excepcionais (AMPARE), Pestalozzi de Brasília e outras. Diante da dificuldade e limitações para realizar coleta de dados em todos os espaços, optei por apresentar uma amostra, sendo o local escolhido para o procedimento de construção de dados o Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia, local onde atuo (pesquisadora) desde o ano de 2001 e estou como supervisora pedagógica há 10 anos .

Os participantes foram informados sobre essa pesquisa em um momento de reunião coletiva na instituição. Aos profissionais, foi explicada a necessidade do questionário e o motivo que gerou o mesmo, também foi lido, explicado e assinado o termo de consentimento livre. Todos atenderam prontamente à solicitação. Neste mesmo dia, em horário de coordenação, os profissionais se reuniram por área de

atendimento, responderam e entregaram o material. O número total de profissionais convidados a participarem foi de 100, mas somente 82 participaram.

A gestora do CEE 02 assinou o termo, tendo ciência e consentindo a divulgação do nome da escola neste trabalho. Creio que a grande maioria participou por entender a importância do trabalho, mas não descarto a possibilidade de alguns terem atendido a solicitação tendo em vista que exerço função de chefia na escola.

Levantei a hipótese em realizar o questionário com as mães/responsáveis pelos alunos, mas nos últimos anos tem ocorrido algumas discussões, possibilidades e ou orientações das políticas educacionais do Distrito Federal (exclusão dos alunos acima de 21 anos dos Centros, fechamento das APAEs, trabalho mais sistemáticos entre escolas e conselhos tutelares) que tem deixado as responsáveis com muito receio e talvez esses acontecimentos pudessem dificultar a coleta de dados. Além disso, assumo a função de supervisora pedagógica na escola, acompanho todo percurso escolar do aluno, sempre estou em contato com as responsáveis e tenho a obrigação de realizar atas, isso gera certo desconforto, pois a maioria das responsáveis considera que as atas podem ser usadas contra elas, não entendem que é uma forma de registro escolar. Diante exposto tive preocupação das mães omitirem algumas respostas com receio de alguma ação por parte da escola.

Ainda quanto ao questionário, tenho acesso e participo da sondagem que é realizada com os responsáveis dos alunos ao ser efetivada a matrícula. Realizamos (equipe diretiva, orientadora e equipe de apoio e aprendizagem) entrevista bem minuciosa, com uma ficha perfil, coletamos dados bem importantes, materno e paterno. O questionário respondido pelo professor assume grande relevância, pois no CEE 02 a relação família escola é muito próxima. A família entrega o aluno ao professor todos os dias e estabelece um bom vínculo com o docente. Além disso, a relação escola, família e professor são necessárias, pois qualquer mudança na rotina do aluno deve ser comunicado ao professor para adequarmos a dinâmica escolar e compreendermos necessidades que possam surgir. Assim, o professor assume um papel de proximidade, chegando, às vezes, ser um grande orientador.

Almejei coletar dados junto a outros espaços ligados a esfera pública, assim teria outros instrumentos para somar aos dados, mas infelizmente não fui atendida, houve muita dificuldade em identificar o funcionário que pudesse me atender. Após indicação de um nome para informes gerais, fui informada que, devido ao momento no qual estamos inseridos no Brasil (Copa do Mundo e ano eleitoral), deveria encaminhar

projeto que explicasse o motivo para obter determinadas informações, este seria analisado e, só depois, teria autorização ou não. Frente aos impasses, optei pela desistência.

3.2 Procedimentos de Análise de Dados

As respostas obtidas por meio dos questionários aplicados aos profissionais CEE 02 Ceilândia apresentam um perfil sobre as mães/mulheres ou responsáveis pelos alunos. É coerente explicar que fatores sociais, econômicos e culturais não são condicionantes para gerar uma criança com deficiência, mas nos apresenta um retrato das mulheres que buscam a educação especial da rede pública no Distrito Federal, tendo em vista que é pouca e bem recente a aceitação representativa de alunos com deficiência cognitiva, múltiplas ou de transtorno na rede particular de ensino. O que temos o hábito de presenciar são escolas preparadas a oferecerem educação a pessoas com deficiência física, o que não abarca toda a área da educação especial.

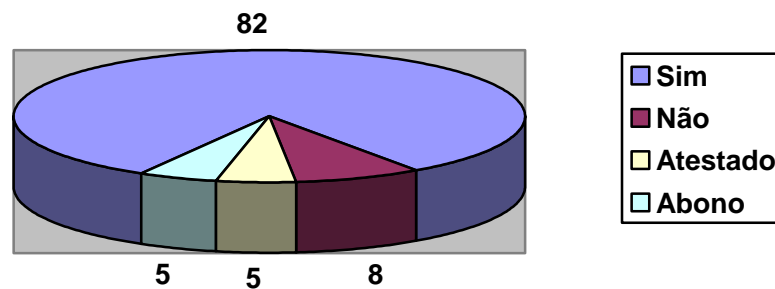
Outro fato importante de ser analisado é o estado como essas mulheres se apresentam, como são visualizadas, que imagem elas nos passam. Essa leitura que os profissionais fazem não é somente subjetiva, pois está associada a informações, ações e relatos que elas efetivam junto aos profissionais. Somados aos dados citados, há também os elementos que compõe o PNPPM, assim visualizar se esse instrumento de políticas públicas está atento às demandas, necessidades, carências, exercendo ações afirmativas e de reconhecimento desta classe minoritária no imenso espaço feminino.

IV- RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Questionário “A”:

A participação nesse instrumento foi solicitada a 100 professores regentes, sendo representado pelos dados abaixo:

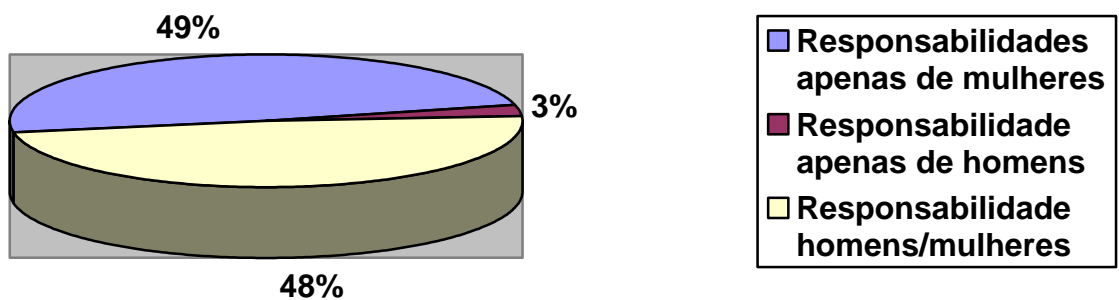
Gráfico 2 - Quantidade de Participantes



Fonte: elaborado pela autora

A pesquisa considera o total de 535 (quinhentos e trinta e cinco) alunos, sendo que 15 (quinze) estão sob os cuidados exclusivos do pai. Os dados mais importantes da pesquisa em atenção à demanda da pesquisa são:

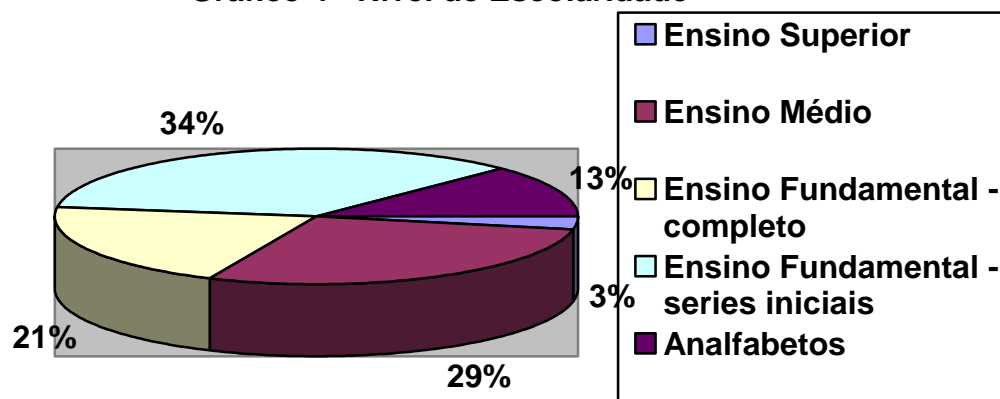
Gráfico 3 - Responsável pelo aluno



Fonte: elaborada pela autora

Em relação à formação acadêmica, foi verificado que o acesso ao nível superior é baixo, sendo que a formação que predomina é o Ensino Fundamental (Séries Iniciais) seguido pelo Ensino Médio e ainda registra um número significativo de responsáveis analfabetos.

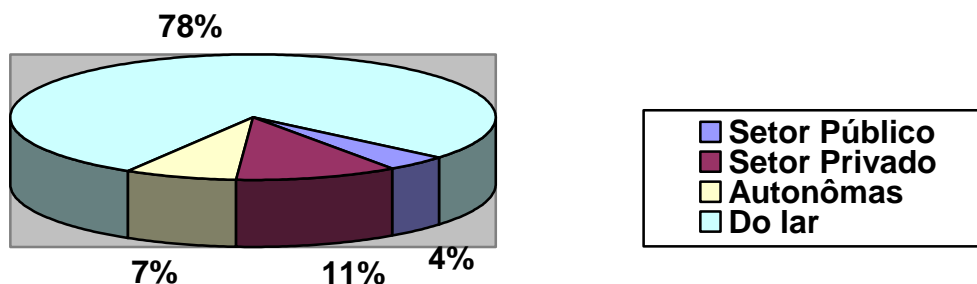
Gráfico 4 - Nível de Escolaridade



Fonte: elaborada pela autora

No que diz respeito à situação profissional, foi possível perceber que a maioria das mulheres não estão inseridas no mundo do trabalho, o que as levam a depender de alguém ou de benefícios do governo

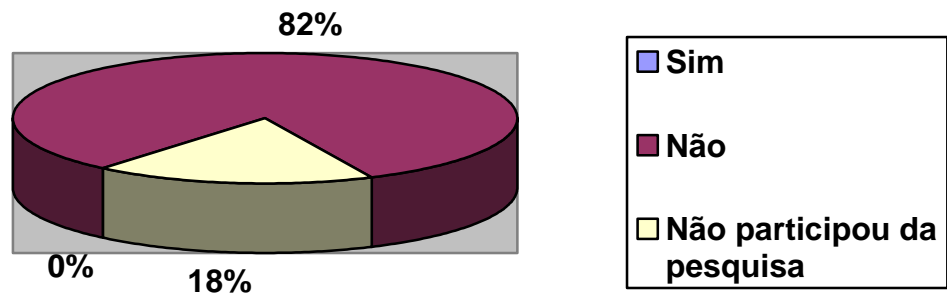
Gráfico 5 - Situação Profissional



Fonte: elaborada pela pesquisadora

No tocante ao reconhecimento as questões relacionadas ao exercício da cidadania e sobre políticas públicas para mulheres, foi possível detectar que os participantes perceberam que o público alvo desta pesquisa não demonstram conhecer sobre seus direitos e deveres e que não lutam por conquista de autonomia e independência, bem como não se expressam, dialogam e questionam com clareza.

Gráfico 6 - Reconhecimento dos Direitos

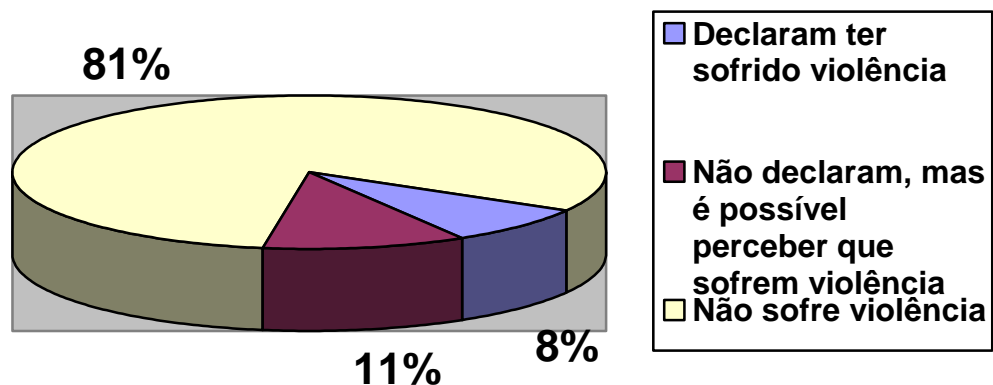


Fo

nte: elaborada pela pesquisadora

Quanto à violência doméstica, 8% foi o resultado de mães ou mulheres/responsáveis que declararam aos profissionais já terem sofrido violência doméstica, acompanhado de 11% dos casos em que as responsáveis nunca declararam ter sofrido algum tipo de violência, mas que os profissionais percebem o quadro de submissão e total dependência do cônjuge ou outro homem.

Gráfico 7 - Violência Doméstica



Fonte: elaborada pela pesquisadora

4.2 Questionário “B”

O grupo escolar convidado a participar deste questionário é formado por 14 profissionais e todos responderam. Em síntese, todos destacaram que a maioria dos alunos não reside em ambiente familiar com a presença de pai e mãe. Os aspectos como grau de instrução, econômico e social, com exceção de uma participante, foram registrados como “baixo”. Na abordagem sobre o conhecimento de direitos e deveres e luta pela qualidade de vida, o grupo foi unânime em responder que “raramente” percebem que as mães/mulheres responsáveis pelos alunos lutam por tal conquista em direção à autonomia e independência.

O grupo classificou o público alvo como “carentes” (financeiramente) e com limitações para se expressar e dialogar. Em relação à questão sobre violência, somente uma participante registrou como “raramente” as ocorrências em que as responsáveis declararam sofrer violência e os demais participantes registraram como “às vezes” a frequência com que se deparou com relatos de violência doméstica pelas mães.

O item 35 do questionário “A” e o 21 do questionário “B” levantam a seguinte questão: “Sobre políticas públicas no cenário feminino, vocês consideram que as mulheres responsáveis pelos alunos com deficiência, matriculados no CEE 02, são efetivamente contempladas pelas políticas públicas no cenário feminino”? Justifique. Todos (questionário “A” e “B”) responderam que “NÃO” e apresentaram como justificativa:

- As políticas públicas, no campo feminino, ainda são um universo desconhecido para a maioria das mulheres/responsáveis pelos nossos educandos. Vale destacar que desconheço ações voltadas, especificamente, para tais mulheres;
- O acesso às informações é limitado. A cultura histórica de assistencialismo, ao longo do tempo, dificulta a busca de conhecimento. As mães se dedicam aos cuidados dos filhos exclusivamente, isso as impede de serem inseridas no mercado de trabalho ou participar de outras iniciativas e não há nenhum programa que visualize esse quadro em prol de tais mães/responsáveis;
- Há grandes limitações vivenciadas por tais mulheres, mães e responsáveis, que as impedem de atuarem como seres partícipes da sociedade, dado a necessidade e demanda dos filhos que as requerem em tempo integral e isso não é percebido pelas políticas públicas;

- É necessária atenção voltada às necessidades dessas mulheres que são sobrecarregadas com os cuidados dessas crianças e que nos deixam transparecer que são as responsabilizadas pela deficiência do filho, por isso devem assumir toda responsabilidade, sem apoios efetivos e representativos das políticas públicas;
- Necessitam de assistência social e psicológica;
- Apoio ao mercado de trabalho;
- Orientações quanto aos filhos no sentido delas conquistarem melhor vida social, pessoal e profissional;
- Não são promovidas condições para que elas possam cuidar da própria vida (eu);
- Falta promoção de informações de forma acessível;
- Mulheres que, na maioria das situações, não contam com a participação do pai do aluno ou cônjuge;
- São mulheres que precisam de atendimentos na área de saúde - psicológica. Elas sofrem ao não terem o direito do aluno efetivado (saúde, educação e assistência), assim se acostumam, se acomodam com a situação e tentam carregar tudo sozinhas;
- Falta de apoio com base em políticas públicas para tais mulheres;
- Apoio e acompanhamento especializado e específico, com instrumentos legais, para os quadros de violência doméstica, com suporte psicológico;
- Políticas públicas para mulheres representam melhorias para o seguimento, mas as ações não atingem a todas, assim, não são percebidas políticas públicas que geram transformações para as mulheres mães ou responsáveis por alunos com deficiência;
- As políticas públicas não atendem às especificidades desse grupo de mulheres;
- Falta informação sobre seus direitos;
- Baixa escolaridade dificulta a busca pelos seus direitos;
- Elas vivem em meio a grandes problemas socioeconômicos que as afligem e não recebem apoio efetivo.

Em linhas gerais, em relação ao aspecto que as mulheres/mães/responsáveis transmitem aos participantes, eles foram unânimes em responder que sentem que elas

demonstram-se: Cansadas, com baixa autoestima, conformadas com a situação atual e insatisfeitas com a vida. Os profissionais também foram unânimes em afirmar que conhecem sobre políticas públicas voltadas para mulheres e conforme olhar deles, considera que somente a minoria do público alvo da pesquisa conhece ou sabe sobre tais políticas e concordam que a comunidade feminina do CEE 02, mães/mulheres responsáveis pelos alunos, requerem que a escola realize ações e orientações sobre o direito das mulheres.

Quanto aos demais itens do questionário, os participantes consideraram que a maioria das responsáveis pelos alunos mora de aluguel e não possuem veículo. Aproximadamente 44% das responsáveis compreendem as orientações do professor e da escola em direção ao sucesso educacional do estudante, 49% são participativas na vida escolar do aluno e somente 28% atendem, prontamente, às solicitações e orientações do professor. Esses resultados refletem o quanto é importante perceber a mãe/responsável no contexto educacional do educando, pois a educação precisa de parceria permanente entre escola e família, caso contrário, a probabilidade de fracasso escolar é grande, gerando assim frustração e desânimo para as responsáveis dos alunos com deficiência que já carregam significativa responsabilidade pelo quadro geral do aluno com deficiência.

Nesta análise, agora com foco no PNPPM, é nítido que o mesmo oferece atenção a todas as mulheres, isso de forma generalizada, não definindo, em momento algum, ações específicas para mulheres responsáveis por alunos com deficiência. Não há, em todo documento, preocupação quanto ao luto que essa mãe passa ao receber a notícia de que será mãe de uma criança com deficiência, bem como, elas não contam, mesmo diante de prioridade, com atendimento psicológico em detrimento a outros casos ocorridos na rede pública de saúde.

O PNPPM apresenta 199 ações de atenção à mulher, todas as ações pensadas e registradas com participação significativa de segmentos sociais que vão desde a área de saúde à Promoção de Igualdade. Entre vários objetivos do plano, chamo atenção para “O pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres”. Nesse objetivo, já podemos considerar que o grupo em questão não foi efetivamente considerado, tendo em vista que questões como autoestima, ações informativas, mecanismos para formação e mercado de trabalho, conquista de autonomia – independência, segurança e confiabilidade para permanência do filho em determinado local para que essas mulheres possam trabalhar não são consideradas,

mesmo que de forma sutil, nas ações propostas no PNPPM.

Diante os dados coletados, percebemos que o público alvo desta pesquisa merece atenção reservada e específica para a melhoria da qualidade de vida, desde o momento que recebe a informação que está gerando um filho com deficiência ou ao saber da situação na hora do nascimento, até a conquista de espaço social que as façam se perceberem e se sentirem seres partícipes da e na sociedade em consonância, o que prega todo o contexto da LEI Nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006.

Nesta análise, agora com foco no PNPPM, é nítido que o mesmo oferece atenção a todas as mulheres, isso de forma generalizada, não definindo, em momento algum, ações específicas para mulheres responsáveis por alunos com deficiência. Não há, em todo documento, preocupação quanto ao luto que essa mãe passa ao receber a notícia de que será mãe de uma criança com deficiência, bem como, elas não contam, mesmo diante de prioridade, com atendimento psicológico em detrimento a outros casos ocorridos na rede pública de saúde.

O PNPPM apresenta 199 ações de atenção à mulher, todas as ações pensadas e registradas com participação significativa de segmentos sociais que vão desde a área de saúde à Promoção de Igualdade. Entre vários objetivos do plano, chamo atenção para “O pleno exercício de todos os direitos e liberdades fundamentais para distintos grupos de mulheres”. Nesse objetivo, já podemos considerar que o grupo em questão não foi efetivamente considerado, tendo em vista que questões como autoestima, ações informativas, mecanismos para formação e mercado de trabalho, conquista de autonomia – independência, segurança e confiabilidade para permanência do filho em determinado local para que essas mulheres possam trabalhar não são consideradas, mesmo que de forma sutil, nas ações propostas no PNPPM.

Diante os dados coletados, percebemos que o público alvo desta pesquisa merece atenção reservada e específica para a melhoria da qualidade de vida, desde o momento que recebe a informação que está gerando um filho com deficiência ou ao saber da situação na hora do nascimento, até a conquista de espaço social que as façam se perceberem e se sentirem seres partícipes da e na sociedade em consonância, o que prega todo o contexto da LEI Nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006.

Diante das justificativas acima e demais dados apresentados pela coleta de dados, compreendemos que no PNPPM **não** há atenção às necessidades das mulheres/mães de pessoas com deficiência, isso responde ao objetivo geral da pesquisa. Os dados também retratam as necessidades e demandas das mães dos

estudantes do CEE 02 de Ceilândia, preocupação constante nos objetivos específicos, sugerindo ao PNPPM ações pela ampliação e fortalecimento de redes que atuam pela proteção das mães (mulheres) abordadas no trabalho e promoção do reconhecimento e conhecimento dos direitos e espaços de apoios à mulher.

Recomendações:

- Oferta de atendimento e acompanhamento psicológico às mães ao saberem que darão luz a uma criança com deficiência;
- Criação de rede multifuncional em atenção específica às mulheres/responsáveis por alunos com deficiência;
- Criação de espaços específicos, clínicos, terapêuticos e ocupacionais que atendam, com agilidade, os alunos e suas respectivas responsáveis;
- Formação mais humanizada e inclusiva nos setores públicos que entendam e atendam as responsáveis por alunos com deficiência;
- Oferta de espaço que inspire segurança às responsáveis para deixarem o filho e, por determinado tempo, estudarem ou trabalharem;
- Inserir, nos CEEs, espaço de formação (educacional e profissional) para as mães/responsáveis que permanecem na escola durante a aula do filho, sob compromisso de políticas públicas;
- Direito à carteira de passe livre para tais responsáveis, isso facilitará a ida e volta da responsável à escola, a hospitais, a postos de saúde e outros espaços em prol do filho;
- Garantia de direito a benefício à responsável legal do aluno com deficiência, independente da renda per capita da família;
- Amparo efetivo e de resguardo total às mulheres e aos seus filhos quando buscarem apoio da segurança pública diante de quadro de violência.

Ações de políticas públicas em direção ao sugerido acima estaria condizente ao que diz a LEI Nº 11.340, de 07 de Agosto de 2006 – em seus Art. 2º e Art. 3º:

Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social.

Art. 3º Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura,

à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

É necessário que o grupo de mulheres responsáveis por alunos com deficiência seja considerado ao serem elaborados indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a população feminina, bem como ser efetivado com o grupo de afrodescendente e indígena. Esses indicadores fornecerão elementos para a promoção de políticas públicas nas áreas de saúde, previdência social, trabalho, educação e cultura, que atendam às demandas do público alvo deste trabalho.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar toda a pesquisa e considerar os dados coletados, percebe-se que o Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres visa atender às mulheres de forma bem generalizada, não havendo visão perceptiva e interventiva à qualidade de vida de mulheres, mães ou responsáveis por alunos matriculados em CEE, com deficiência, ocorrendo então ausência de ações públicas que atendam às demandas de tais mulheres. Em decorrência disso, pode-se afirmar que o Plano não atua na promoção de ações com o foco ao combate e/ou enfrentamento à violência e negação de direitos das mulheres em questão.

Em resposta aos objetivos deste trabalho, não foi Identificado, entre as ações amparadas no PNPPM, atenção às necessidades específicas às mulheres/mães de pessoas com deficiência, bem como não há promoção do reconhecimento e conhecimento dos direitos e espaços de apoios às mulheres em contexto.

Diante da estrutura do PNPPM, é possível designá-lo o poder de atuar na promoção da qualidade de vida das mulheres mães de alunos com deficiência que estudam em Centro de Ensino Especial, mas o mesmo ainda não apresenta espaço específico às demandas das mães de pessoas com necessidades educacionais especiais com foco a oferecer subsídios efetivos e de proteção em relação ao enfrentamento à violência e negação de direitos, devendo o PNPPM perceber e atuar pelas mães de alunos com deficiência.

Para concluir, é importante relembrar que o fim dos processos opressores da ditadura oportunizaram e possibilitaram a existência de uma sociedade pautada na igualdade de direitos direcionados pela democracia. A palavra democracia está registrada no vocabulário do retrato político brasileiro e está associada ao ato de participar e de se envolver, efetivamente, nas decisões com as questões públicas. Ao se falar em democracia devemos pensar em como a sociedade se percebe em tal processo, até que ponto são conhecedores de seus direitos e se reconhecem o papel do Estado na defesa e proteção de tais direitos. A sociedade deve se apropriar dos princípios da democracia para, assim, sermos seres partícipes em tal processo, de forma a dar a efetiva contribuição e interferência em todos os segmentos sociais.

Reforço que, com o advento da democracia, há o enfraquecimento, ainda que disfarçado, do perfil discriminatório e preconceituoso, bem como das injustiças sociais pela pregação do direito de todos, em que o respeito deve ser mútuo na conquista de

equilíbrio social e pelo amplo e efetivo papel de políticas públicas que velem pela quebra de conflitos, desencadeando o olhar separatista que sustenta a intolerância, gerando conflitos sociais que nada favorecem à percepção de reconhecimento dos diversos eixos sociais.

Não podemos deixar de abrir espaço à Declaração dos Direitos humanos que retrata a necessidade da sociedade de se enquadrar em um perfil de ideal sob a diretriz de igualdade de direitos a todos, registrando medidas que vençam as violações humanas, sejam de raça, gênero, etnia, status e outros, porém a declaração não garante a efetivação dos direitos nela registrados, pois isso só é possível com organizações estruturais e intervenções que possibilitem a concreta e justa participação dos diversos sujeitos e agentes sociais na construção de valores, na implementação e execução de ações políticas, sociais, econômicas, culturais no quadrante de cidadania em busca da satisfação de todos na formação dos direitos humanos.

Frente às demandas apresentadas no trabalho, encerro afirmando que faz-se necessário formar uma rede mais qualificada e consisa, também estreitar os mecanismos de assistência e apoio à mulher em estado de sofrimento, carências (sociais, psicológicas, morais, culturais e financeiras), violência, agressão e outros. Assim será possível avançar quanto ao fortalecimento de ações de defesa, apoio e amparo à mulher, em diversas situações de vulnerabilidade, sendo que tudo isso deve ser organizado, estruturado e contemplado pelas políticas públicas de acordo com a Lei nº 11.340 a qual destaca que as políticas públicas devem exercer trabalho articulado para o rompimento de violência em todos os aspectos, contra as mulheres, neste trabalho em atenção às mães, mulheres e às responsáveis por alunos matriculados na rede pública de ensino especial do Distrito Federal.

REFERÊNCIAS

BORGES, José A . **As TICs e as tecnologias assistivas na educação de pessoas deficientes**. 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Direitos humanos : percepções da opinião pública: análises de pesquisa nacional** / organização Gustavo Venturi.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** – Lei 9.394 de Dezembro de 1996. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº7.853, de 20 de Dezembro 1996**. Brasília, DF: MEC/SEF.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº9.394, de 20 de 1996**. Brasília, DF: MEC/SEF.

_____, **Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN de 1999**. Brasília

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos** .1948.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN)** – Lei Nº 4.024/61 de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, 2011.

_____. **Presidência da República. Lei Maria da Penha – Lei Nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006**.

_____. **Tendências e Desafios da Educação Especial**. Organizadora: Eunice M, L. Soriano de Alencar. Brasília: SEESP,1994.

BOAVENTURA de Souza Santos. **A Construção multicultural da igualdade da diferença**. Oficina do Centro de Estudos Sociais (CES) nº 135. Coimbra. Janeiro de 1999.

BOURDIEU. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASÍLIA, **Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres**.
http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/pacto/copy_of_texto-base-do-pacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher. Acesso em 05 de fevereiro de 2014.

Brasília: **Secretaria de Direitos Humanos**, 2010. Disponível em:
http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_percepcoes/percepcoes.pdf > Acesso em 15 de setembro de 2013.

CARVALHO, Rosita Edler . Removendo barreiras para a aprendizagem. In: BRASIL. Ministério da Educação Secretaria de Educação a Distância. Salto para o Futuro: Educação Especial: tendências atuais. Brasília: SEED, 1999. Série de Estudos. Educação a Distância, v.9, p.59-66.

FARR, Ellen; CHITIGA, Rudo. Hallo – **Is Gender There? A study of gender**. Awareness in the MS Programme in Zimbabwe: Mach, 1991.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento**: dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática. Brasília: EdUnB, 2001. P. 245-282.

LOURO, G.L. (2002). **Gênero: questões para a educação**. In: Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. Bruschini, C. & Unbehaum, S. G. (Orgs.). São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2002. p. 225-22. ISBN 85-736-236-2.

LYRA, Rubens Pinto. **Abordagens históricas e atuais da relação entre democracia política, direitos sociais e socialismo**. In: LYRA, Rubens Pinto. Direitos Humanos: os

desafios do século XXI – uma abordagem interdisciplinar. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

ROCHA, José Cláudio. **A participação popular na gestão pública no Brasil.** Jus Navigandi, Teresina, ano 16, n. 2886, 27 maio, 2011. Disponível em : <http://jus.com.br/revista/texto/19205>>. Acesso em: 17 Dezembro de 2013.

WASELFIZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência – 2010. Anatomia dos Homicídios no Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2010.php>> Acesso em 10 de Outubro de 2013.

APÊNDICE “A”

Com intuito de ser transparente, apresento os questionários com os resultados finais. É importante explicar que as respostas estão em dois campos e depois há apresentação do resultado total, pois 45.3% dos/as alunos/as são da educação precoce, área que atende alunos/as de 0 á 3 anos e 11 meses.

Número e questão	Resposta dos/as docentes que ofertam processo educativo para os /as alunos/as acima de 04 anos e sem terminalidade de idade	Resposta dos/as docentes que ofertam processo educativo para aluno da Educação Precoce – 0 a 3 anos e 11 meses	Total
1-Quantos/as professores/as responderam a este questionário?	53	28	82
2- Qual quantitativo (total) de aluno/as dos/as profissionais que respondem a este questionário?	293	242	535
3-Quantas mães dos/as alunos/as são casadas ou residem com o pai dos/as alunos/as?	106	155	261
4-Quantas famílias possuem casa própria?	130	63	193
5-Quantas famílias possuem veículo?	61	70	131
6-Quantos/as alunos/as moram somente com a mãe ou outra mulher (responsável do sexo feminino)?	173	86	259
7-Quantos/as alunos/as moram somente com pai ou outro homem/responsável (responsável do	14	01	15

sexo masculino)?			
8-Considerando o contato com a família dos/as alunos/as, informe quantas mães/mulheres/responsáveis são servidoras públicas? (Esferas: Distrital, Estadual ou Federal)	08	13	21
9- Quantas mães/mulheres/responsáveis trabalham na área privada?	46	11	57
10- Quantas mães/mulheres/responsáveis são autônomas?	33	05	38
11-Quantas mães/mulheres/responsáveis atuam no lar ou estão desempregadas?	206	211	417
12-Qual de grau de instrução das mães/mulheres/responsáveis pelos/as alunos/as – Nível Superior	03	13	16
13- Segundo Grau?	20	133	153
14- Ensino Fundamental? (completo)	68	43	111
15- Ensino Fundamental? (séries iniciais)	147	41	188
16- Analfabeta?	55	12	67
17- Apresentam conhecimento sobre seus direitos e deveres?	105	121	226
18-Quantas lutam pela conquista de autonomia e independência em prol da qualidade de vida?	81	148	229
19- Quantas famílias são carentes financeiramente?	312	121	333

20-Quantas mães/mulheres/responsáveis expressam, questionam e dialogam de forma clara e objetiva?	114	109	233
21-A maioria é carente e ou não sabem buscar apoios quanto a direito diversos (campo: social, educacional, segurança, saúde, assistência...) Sim, Não, Poucas	Não	Não	Não (unanimidade)
22-Quantas já registraram sofrer violência doméstica por parte do cônjuge ou outro homem?	12	30	42
23-Quantas nunca relataram sofrer violência doméstica, mas que é perceptível o grau de submissão e dependência do cônjuge ou outro homem?	50	08	58
24-Permanecem na escola durante a aula do/a aluno/a?	118	242	360
25- São participativas, efetivamente, na vida escolar do/a aluno/a?	122	135	257
26-Demonstram compreender as orientações repassadas pela escola em direção ao sucesso educacional do/a aluno/a?	98	128	226
27-Atendem, prontamente, as solicitações/orientações da escola/professor/a?	106	43	149
28-A maioria das mães/mulheres responsáveis pelos alunos/as apresenta aspecto:			

Feliz ou cansada?	Cansada	Cansada	Cansada (unanimidade)
29- A maioria das mães/mulheres responsáveis pelos alunos/as apresenta: Autoestima ou baixo autoestima?	Baixa autoestima	Baixa autoestima	Baixa autoestima (unanimidade)
30- A maioria das mães/mulheres responsáveis pelos alunos/as apresenta: Boas perspectivas para o futuro ou Conformadas com a situação atual?	Conformadas com a situação atual	Conformadas com a situação atual	Conformadas com a situação atual (unanimidade)
31- A maioria das mães/mulheres responsáveis pelos alunos/as apresentam : Satisfeitas com a vida ou insatisfeitas?	Insatisfeitas	Insatisfeitas	Insatisfeitas (unanimidade)
32-Você (participante) conhece, mesmo que sem aprofundamentos legais, o cenário de lutas e conquistas de políticas públicas para as mulheres? Sim ou Não	Todos/as responderam sim	Todos/as responderam sim	Todos/as responderam sim
33-E as responsáveis pelos/as alunos/as, a maioria delas conhecem o cenário de lutas e conquistas de políticas públicas, específicas, para mulheres (mesmo que de forma bem básica)? Sim, Não	A maioria NÃO	A maioria Não	A maioria Não (unanimidade)
34-Vocês consideram que a comunidade escolar (feminina – responsáveis pelos/as alunos/as)	Sim	Sim	Sim (unanimidade)

<p>apresenta demanda que leve a escola a promover ações, informações, sensibilização sobre “Os Direitos da Mulher”, em todos os contextos? Sim ou Não</p>			
<p>35- Sobre políticas públicas no cenário feminino, vocês consideram que as mulheres responsáveis pelos/as pelas alunos/as com deficiência, matriculados no CEE 02 ,são efetivamente contempladas pelas políticas públicas no cenário feminino.? Justifique.</p>	<p>Não.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessitam de assistência social e psicológica • Apoio ao mercado de trabalho • Orientações quanto aos filhos no sentido delas conquistarem melhor vida social, pessoal e profissional • Não é promovido condições para que elas possam cuidar da própria vida (eu) • Falta promoção de informações de forma acessível • Mulheres que, na maioria das situações, não contam com a participação do pai do/a aluno/a ou cônjuge • São mulheres que precisam de atendimentos nas áreas: saúde, psicológica. Elas sofrem ao não terem o direito do/a aluno/a efetivado (saúde, 	<p>Não</p> <ul style="list-style-type: none"> • As políticas públicas não atendem as especificidades desse grupo de mulheres • Falta informação sobre seus direitos • Baixa escolaridade dificulta a busca pelos seus direitos • Elas vivem em meio a grandes problemas socioeconômicos que as afligem e sem apoio efetivo 	

	<p>educação e assistência), assim se acostumam, se acomodam com a situação e tentam carregar tudo sozinhas</p> <ul style="list-style-type: none">• Falta de apoio com base em políticas públicas para tais mulheres• Apoio e acompanhamento especializado e específico, com instrumentos legais, para os quadros de violência doméstica, com suporte psicológico.• Políticas públicas para mulheres representam melhorias para o seguimento, mas as ações não atingem a todas, assim, não é percebido políticas públicas que geram transformações para as mulheres mães ou responsáveis por alunos/alunas com deficiência.• Há carência de políticas públicas para as mães/mulheres responsáveis por alunos/as com deficiência.		
--	--	--	--

APÊNDICE “B”

Dados apresentados pelos/as profissionais da educação do CEE 02 que não estão em regência de classe, mas que tem contato com todas as responsáveis pelos/as alunos da referida unidade escola

Número e questão	Resposta
1-De qual segmento escolar e quantos/as profissionais respondem a este questionário?	<p>Equipe Gestora(1 gestora, 1vice-gestor e 2 supervisoras): 04, Coordenadoras Pedagógicas: 05</p> <p>Equipe de Apoio a Aprendizagem (pedagoga e psicóloga): 02</p> <p>Orientadora Educacional: 01</p> <p>Chefe de Secretaria: 01</p> <p>Total: 14</p>
2- Vocês tem contato e conhece o perfil da maioria dos/as alunos/as? Justifique.	<ul style="list-style-type: none"> • Todos/as responderam sim <p>Justificativa:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Trabalhamos diretamente com o perfil dos/as educandos/as em diversos contextos • Como serviço de apoio a aprendizagem, a tríade que norteia o trabalho são: docentes, família e discentes • O trabalho de uma orientadora pedagógica permeia todos/as segmentos escolar, assim, preciso conhecer, ter contato e interagir ,algumas situações, não só com os/as alunos/as, mas com as famílias • Com as aspecto mais burocráticos e administrativos
3-A maioria das mães dos/as alunos/as são	Poucas (unanimidade)

casadas ou residem com o pai dos/as alunos/as? Sim, Não Poucas, Muitas	
4-Percebem o grau/nível de instrução: Baixo, Mediano, Alto	Com exceção de um/a profissional, os/as demais consideram: Baixo
5-Quanto as aspecto econômico: Baixo, Mediano, Alto	Com exceção de um/a profissional, os/as demais consideram: Baixo
6- Quanto as aspecto social: Baixo, Mediano, Alto	Com exceção de um/a profissional, os/as demais consideram: Baixo
8-De forma clara e objetiva, justifique as respostas 4, 5, 6	<ul style="list-style-type: none"> • A maioria das atividades ofertadas pela escola em que envolve a participação da família (coletiva ou individual) nos permite perceber a carência cultural, social e econômica relacionada as responsáveis • A localização geográfica foi um dos indícios para as respostas. Os/as alunos/as são provenientes da área norte da Ceilândia, Condomínio Privê, Águas Lindas, Setor de Chácaras da Ceilândia Norte, Sol Nascente. Além disso, muitos participam de programas sociais do governo • A escola está localizada em uma região carente quanto as aspectos destacados • No ato da matrícula solicitamos algumas informações que nos leva a ter olhar geral da comunidade atendida. Diante exposto, percebo forte fragilidade financeira, social, de formação, econômica das mães das crianças
9- Considerando o contato com as responsáveis dos/as alunos/as, vocês percebem que elas	Raramente (unanimidade)

apresentam conhecimento sobre seus direitos e deveres: Sim, Não, Raramente, Sempre	
10- Lutam pela conquista de autonomia e independência em prol da qualidade de vida (responsável) Sim, Não, Raramente, Sempre	Raramente (unanimidade)
11- Percebem que elas se expressam, questionam e dialogam de forma clara e objetiva: Sim, Não	Não (unanimidade)
12- As responsáveis pelos/as alunos/as são carentes e ou não sabem buscar apoios quanto a direito diversos (campo: social, educacional, segurança, saúde, assistência...) Sim, Não	Sim (unanimidade)
13-Em atendimento as responsáveis pelos/as alunos/as, com que frequência vocês já se depararam com falas ou registros de violência doméstica por parte do cônjuge ou outro homem: Nunca, Raramente, As vezes, Com frequência, Sempre	Somente um/a participante registrou “raramente”, os/as demais informaram que “As vezes”
14- Quanto as que nunca relataram sobre violência doméstica, mas que é perceptível o grau de submissão e ou dependência do cônjuge ou de outro homem: Nunca, Raramente, Com	Somente um/a participante registrou “raramente”, os/as demais informaram que “Com frequência”

frequência, Sempre.	
15-A maioria das mães/responsáveis dos/as alunos/as apresenta aspecto: Feliz ou Cansada?	Cansadas (unanimidade)
16- A maioria das mães/responsáveis dos/as alunos/as apresenta: Autoestima ou Baixa autoestima?	Baixa autoestima (unanimidade)
17- A maioria das mães/responsáveis dos/as alunos/as demonstra: Boas perspectivas para o futuro ou Conformadas com a situação atual?	Conformadas com a situação atual (unanimidade)
18- Vocês conhecem, mesmo que sem aprofundamentos legais, o cenário de lutas e conquistas de políticas públicas para mulheres? Sim ou Não	Sim (unanimidade)
19-E as responsáveis pelos/as alunos/as conhecem o cenário de lutas e conquistas de políticas públicas, específicas, para as mulheres? Sim, Não, A maioria sim, A maioria não.	A maioria não (unanimidade)
20-Vocês consideram que a comunidade escolar (feminina – responsáveis pelos/as alunos/as) apresentam demanda que leve a escola a promover ações, informações, sensibilização sobre “Os Direitos da Mulher”, em todos os	Sim (unanimidade)

contextos: Sim ou Não	
<p>21. Sobre políticas públicas no cenário feminino, vocês consideram que as mulheres responsáveis pelos/as pelas alunos/as com deficiência, matriculados no CEE 02 são efetivamente contempladas pelas políticas públicas no cenário feminino. Justifique.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Não (unanimidade) <p>Justificativa</p> <ul style="list-style-type: none"> • As políticas públicas, no campo feminino, ainda é um universo desconhecido para a maioria das mulheres/responsáveis pelos nossos educandos. Vale destacar que desconheço ações voltadas, especificamente, para tais mulheres • O acesso as informações são limitadas. A cultura histórica de assistencialismo ao longo do tempo, dificulta a busca de conhecimento. As mães se dedicam aos cuidados dos/as filhos/as exclusivamente, isso as impendem que possam ser inseridas no mercado de trabalho ou participar de outras iniciativas e não há nenhum programa que visualize este quadro em prol de tais mães/responsáveis. • Há grandes limitações dessas mulheres, mães e responsáveis atuarem como seres partícipes da sociedade, dado a necessidade e demanda dos filhos/as que as requerem em tempo integral e isso não é percebido pelas políticas públicas • É necessária atenção voltada as necessidades dessas mulheres que são sobrecarregadas com os cuidados dessas crianças e que nos deixam transparecer que são as responsabilizadas pela deficiência do filho/a, por isso devem assumir toda responsabilidade, sem apoios efetivos e representativos das políticas públicas

ANEXO “A”

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa: Especialização em Políticas Públicas em Gênero e Raça, com tema: **UM OLHAR CRÍTICO AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – PNPPM EM ATENÇÃO AS MÃES DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**. No caso de você concordar em participar, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta os contatos da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: UM OLHAR CRÍTICO AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (PNPPM) EM ATENÇÃO AS MÃES DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Carla Andréia Simão dos Santos

ENDEREÇO COMERCIAL: QNO 12 – Área especial “G” – Setor “O” – Ceilândia Norte

TELEFONE: 39018345

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Sílvia Ester Orrú (orientadora)

PATROCINADOR: UnB – UAb –SEEDF

OBJETIVOS: o presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexão e análise crítica tocante ao amparo, ao apoio social, as conquistas e as possíveis carências constantes no Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, com foco as mães ou responsáveis (mulheres) por alunos (as) com necessidades educativas especiais (ANEES).

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Ao participar desta pesquisa você contribuirá respondendo a um questionário, esse me oferecerá subsídios para conhecer, entender e expor melhor o perfil, bem como as demandas das mães/mulheres/responsáveis dos/as alunos/as com deficiência do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia que não estão contempladas no Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres.

BENEFÍCIOS: O resultado desta pesquisa pode servir de instrumento crítico e reflexivo sobre e para as Políticas Públicas, podendo alcançar intervenções efetivas, significativas e favoráveis ao público alvo .

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Os/as participantes desta pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente da sua participação (entrevista, sessão de estudos, exames laboratoriais, etc.), assim como não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Essa, em momento algum, divulgará nomes e dados dos/as dos participantes, interessando somente as informações (quantitativas) abordadas no questionário. Portanto, há garantia de sigilo que assegura a privacidade dos/as participantes quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Ressalto que serão divulgados somente os dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável:

Ceilândia, Maio de 2014

ANEXO “C”**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidada, como Gestora do Centro de Ensino Especial a participar e autorizar, de forma voluntária, da pesquisa: Especialização em Políticas Públicas em Gênero e Raça, com tema: **UM OLHAR CRÍTICO AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES – PNPPM EM ATENÇÃO AS MÃES DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS**. No caso de você concordar em participar e autorizar a divulgação do nome do Centro de Ensino Especial 02 de Ceilândia, favor assinar ao final do documento. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisadora ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta os contatos da pesquisadora principal, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA: UM OLHAR CRÍTICO AO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES (PNPPM) EM ATENÇÃO AS MÃES DOS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Carla Andréia Simão dos Santos

ENDEREÇO COMERCIAL: QNO 12 – Área especial “G” – Setor “O” – Ceilândia Norte

TELEFONE: 39018345

PESQUISADORES PARTICIPANTES: Sílvia Ester Orrú (orientadora)

PATROCINADOR: UnB – UAb –SEEDF

OBJETIVOS: o presente trabalho tem por objetivo apresentar reflexão e análise crítica tocante ao amparo, ao apoio social, as conquistas e as possíveis carências constantes no Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres, com foco as mães ou responsáveis (mulheres) por alunos (as) com necessidades educativas especiais (ANEES), servindo o CEE 02 de Ceilândia como amostra.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: Você participará desta pesquisa autorizando o uso e divulgação do nome do CEE 02 de Ceilândia na pesquisa.

BENEFÍCIOS: O resultado desta pesquisa pode servir de instrumento crítico e reflexivo sobre e para as Políticas Públicas, podendo alcançar intervenções efetivas, significativas e favoráveis ao público alvo .

CUSTO/REEMBOLSO PARA O PARTICIPANTE: Os/as participantes desta pesquisa não arcarão com nenhum gasto decorrente da sua participação (entrevista, sessão de estudos, exames laboratoriais, etc.), assim como não receberão qualquer espécie de reembolso ou gratificação devido à participação na pesquisa.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Essa pesquisa divulgará o nome da instituição educacional, mas em momento algum, divulgará nomes e dados dos/as dos participantes físicos (profissionais do Centro, alunos, mães...), interessando somente as informações (quantitativas) abordadas no questionário. Portanto, há garantia de sigilo que assegura a privacidade dos/as participantes quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa. Ressalto que serão divulgados somente os dados diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa.

Assinatura do Pesquisador Responsável:

Ceilândia, Maio de 2014

ANEXO “D”**CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO**

Eu,(abaixo assinado – RG e CPF), declaro que li as informações contidas nesse documento, fui devidamente informada pela pesquisadora – Carla Andréia Simão dos Santos - dos procedimentos que serão utilizados, riscos e desconfortos, benefícios, custo/reembolso dos participantes, confidencialidade da pesquisa, concordando ainda em participar da pesquisa. Foi-me garantido que posso retirar o consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade. Declaro ainda que recebi uma cópia desse Termo de Consentimento.

Ceilândia -DF, 22 de Maio de 2014

Assinatura da Gestora do CEE 02 de Ceilândia
